

# Vez e Voz

Diagnóstico Participativo dos Direitos da Criança e do Adolescente

Relatório de resultados da pesquisa com crianças, adolescentes e jovens sobre a garantia dos seus direitos em Gravatá-PE.

Outubro, 2021



FÁBRICA DE CULTURA



Apoio:



**Apoio:**

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gravatá/PE

Fundo dos direitos da criança e do adolescente de Gravatá/PE

Itaú Social

**Parceria executiva:**

Secretaria Municipal da Educação

Escola Estadual Devaldo Borges

Escola Estadual Aarão Lins

Escola Estadual Erempaf

**Realização:**

Conta Social

Ieda Marques - Administração contábil

Fábrica de Cultura

Maciel Ferreira – Presidente

Edson Oliveira – Coordenador pedagógico da  
Fábrica e gestor de projeto

Alberis Santos – Coordenador do Projeto Vez e Voz

**Educadores:**

Josefa Maria da Silva

Wellington Lúcio

**Jovens pesquisadores:**

Adriano Teixeira da Silva

André Felipe Galvão do Nascimento Tavares

Ellen Santana Silva

Esther Dandara Monteiro Perito Fernandes de Melo

Hellen Vitória de Araújo Silva

Jamilly Katlen da Silva

Juliana Thainá de Freitas Oliveira

Leiliane Maria da Conceição

Maria das Graças Sinézio do nascimento

Maria Fernanda Nascimento Xavier

Maria Ghyessica Natyelly da Silva Nascimento

Maria Laura Pessoa Magalhães

Maria Renata da Silva

Maria Tainá de Oliveira

Nicolle Laís Freitas da Silva

Paulo Henrique da Conceição

Ronaldy Victor Rodrigues da Silva

Tharly Marcos Constantino

Vinicius César Pessoa Ferreira

Wedslayne Evelyn Nascimento da Silva

**Motorista:**

Axel Oliveira

**Desenvolvimento metodológico, tratamento, discussão dos dados e redação:**

Fluxso Consultoria

Veruska Galdini

Kalber Roberto

**Revisão de texto:**

Amélia Silva

**Fotografia da capa:**

Daniel Gomes

**Design gráfico, diagramação e produção gráfica:**

Mayumi Matsumiya

**Ficha Técnica**

Projeto Vez e Voz – diagnóstico participativo da garantia dos direitos da criança e do adolescente em Gravatá/PE

**Data de execução:**

Fevereiro a novembro de 2021

**Equipe executora:**

Alberis Luis

Josefa Maria da Silva

Veruska Galdini

Wellington Lúcio

**Destinatário do relatório:**

Prefeitura Municipal de Gravatá/PE

Câmara de Vereadores de Gravatá/PE

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gravatá/PE

**Oportunidade de melhoria:** conhecer as demandas de crianças, adolescentes e jovens, para criar ações mais efetivas para garantia de direitos da criança e do adolescente, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Social (ODS): 1, 2,3,4,5,8,10 e 16.

# Conhecer a realidade para criar políticas públicas mais efetivas

## Conselho De Direitos da Criança e do Adolescente de Gravatá/PE

O Comdica de Gravatá/PE apresenta nesta publicação mais um resultado de suas decisões pautadas pela incansável luta por garantia de direitos da criança e do adolescente.

Junto com a Rede De OSCs de Gravatá, em 2020 identificou a importância de escutar as demandas de crianças e adolescentes para subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para esse público e executadas tanto pelas OSCs como pelo governo municipal. E, através da parceria estratégica com Fábrica de Cultura e Fluxso Consultoria para desenho do projeto e com o Itaú Social para apoio financeiro através do FUNCAD, foi possível viabilizar o Projeto Vez e Voz: Diagnóstico participativo dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gravatá/PE.

Vale destacar que o diagnóstico dos direitos fundamentais sob a ótica da criança e do adolescente moradores de Gravatá que está apresentado a seguir, por si só, é um resultado a ser celebrado. Entretanto, o Projeto Vez e Voz foi além disso!

Em um ano marcado pelas crises políticas e econômicas decorrentes da pandemia de COVID-19, com as maiores taxas de desemprego e maior contingente de pessoas sem trabalho na série histórica do primeiro trimestre do ano de 2020<sup>1</sup>, segundo o IBGE e recorde na população desocupada que atingiu 14,4 milhões em 2021<sup>2</sup> – a decisão do Conselho de oferecer a bolsa auxílio aos vinte jovens participantes do projeto Vez e Voz, certamente contribuiu assertivamente para a promoção da proteção social de suas famílias e enfrentamento da pobreza – um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 1).

Somado a isso, outro destaque é o investimento na formação dos jovens sobre seus direitos fundamentais, para que tenham conhecimento, possam exigir e também disseminar o que já se sabe ser essencial para o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes para que possam viver em uma cidade justa, com paz e instituições eficazes – objetivo que se almeja estar até 2030 e descrito no ODS 16.

Inspirados pelos apontamentos das crianças, adolescentes e jovens feitos neste diagnóstico, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente segue sua luta diária, certos de que, não apenas as falas das crianças e jovens aqui apresentadas, como também a forma inovadora de execução deste projeto, influenciarão os próximos programas e serviços das políticas públicas executadas por OSCs e governo municipal.

<sup>1</sup> <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/05/27/brasil-tem-desemprego-de-147-no-tri-ate-marco-diz-ibge.htm>

<sup>2</sup> [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/04/30/interna\\_internacional,1262081/apos-um-ano-de-pandemia-brasil-tem-recorde-de-desempregados.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/04/30/interna_internacional,1262081/apos-um-ano-de-pandemia-brasil-tem-recorde-de-desempregados.shtml)

# É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança

## Fábrica de Cultura

Quando ouvimos pela primeira vez esse provérbio africano, nos remetemos imediatamente ao artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Deveria ser considerado crime de lesa humanidade, deixar crianças e adolescentes à mercê das circunstâncias da própria vida. Ou seja, foi preciso colocar numa Lei, que criança é prioridade absoluta, que tem direito à vida, saúde, educação e cultura, e que primeiro a família, se essa faltar, tem a comunidade, depois a sociedade em geral e só depois, o Poder Público.

Com essa inspiração, surgiu a ideia de propor um projeto, onde adolescentes, depois de uma capacitação, pudessem realizar uma pesquisa para ouvir crianças e adolescentes, que assim como eles/elas, residem em Gravatá e sabem o que a cidade oferece, deixa de oferecer ou poderia oferecer.

Foram nove meses de intenso trabalho, ainda tendo a pandemia como ingrediente de obstáculos que mudou o rumo da programação. Mas a turma jovem do projeto, conseguiu realizar a pesquisa, discutir as respostas e com a ajuda de alguns técnicos parceiros, formatar e sistematizar os resultados que em forma de relatório, será entregue as autoridades municipais responsáveis pela formulação e execução de Políticas Públicas para crianças e adolescentes.

Só então, teremos à comunidade inteira, cuidando e educando suas crianças na cidade de Gravatá, essa nossa grande aldeia.

Aproveitamos também, para agradecer a parceiros e parceiras que nos ajudaram a construir uma nova história, como as gestoras das Escolas Municipais de Mandacaru, Uruçu-Mirim, Avenças, Russinhas e São Severino de Gravatá, além de Ieda Lira, do Conta Social, Daniel Gomes e Jussara Gomes, que cuidaram das fotos vídeos e redes sociais, ao SERC (Serviço de Reabilitação da Criança) na pessoa de Maria das Dores, Nadjecio Coelho, gestor da Escola de Referência Devaldo Borges, Eduardo, Gestor da Escola de Referência Professor Antônio Farias e Marcio Lindenberg Gestor da Escola Estadual Aarão Lins de Andrade.

# Ouvir, escutar, ver e enxergar crianças e adolescentes

## Fluxso

José Saramago já nos orientou: se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.

Escutar, enxergar, reparar dependem da vontade de perceber, da intenção de colocar a atenção direcionada ao que se vê, da disposição para compreender o que está sendo dito e então, tomar uma decisão baseada em conhecimento.

É assim que a política pública deveria ser criada: ações desenhadas considerando a argumentação do outro, de diferentes sujeitos de desejos. Deveriam ser baseadas no interesse coletivo, ou seja, reparando e escutando o que crianças e adolescentes moradoras de Gravatá apontam como interesses, necessidades, direitos.

Tomar decisões baseadas no interesse da criança e do adolescente é princípio da Constituição Brasileira de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. No artigo 100 do ECA, se prevê que toda intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente.

Sendo assim, é preciso que o Estado assegure meios para o desenvolvimento integral, considerando crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Portanto, todas as ações devem considerar que seus interesses e estar acima da conveniência, seja do Estado ou da Família. Assim, aquelas com idade acima de 12 anos devem ser escutada e chamada para participar da tomada de decisão sobre a própria vida, podendo expressar sua opinião em juízo.

Se já há entendimento nesse sentido para os casos complexos em que se faz necessária a defesa dos direitos no Tribunal de Justiça, por que não garantir a escuta também na elaboração as políticas para a promoção dos direitos da criança e do adolescente?

Com a intenção de estimular a participação política de crianças e adolescentes, a pesquisa, que faz parte do Projeto Vez e Voz, foi desenhada em 2020, por Alberis Luiz e Veruska Galdini. Naquele tempo já havia uma certeza: bastava conceder espaço para reflexão e contar com a postura de respeito e curiosidade dos educadores como Josefa e Wellington para apoiá-los, e os adolescentes mostrariam o que pensam e desejam viver na sua cidade.

E foi assim. Os vinte jovens (seus nomes estão listados na página inicial) são meninos virados na gota, é um potencial da gota! como disse Maciel Ferreira – Presidente da Fábrica de Cultura e Mestre de Maracatu em Gravatá/PE.

Os jovens participantes se dedicaram para apresentar suas reflexões, problematizações e também soluções. Eles criaram estratégias para convencer outros jovens, adolescentes e crianças a participar respondendo questionário e mobilizaram suas redes para formar os grupos focais. Com certeza, a dedicação e compromisso deles são as marcas da qualidade dos encontros com o grupo focal e das respostas aos questionários.

Os resultados do espaço onde jovens tem vez e voz estão apresentados a seguir e a Fluxso tem muito orgulho de ter feito parte deste projeto, junto com tanta gente que repara nos desejos das crianças e adolescentes!


## Lista de figuras

Quadro 1: Síntese Problemas e soluções	9
Gráfico 1: Local de moradia dos participantes da pesquisa	11
Gráfico 2: Escola onde participantes da pesquisa estudam	11
Gráfico 3: Acesso ao lazer nos bairros	27
Gráfico 4: Educação profissional nas escolas	30

## Sumário

<b>Resumo executivo</b>	<b>8</b>
<b>1. Sobre a pesquisa e os participantes dela</b>	<b>10</b>
<b>2. Conhecimento das crianças, adolescentes e jovens sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente</b>	<b>12</b>
<b>3. Sobre os direitos fundamentais</b>	<b>13</b>
<b>4. Vida e Saúde</b>	<b>13</b>
4.1. As perguntas feitas pelos jovens	14
4.2 Problemas vividos	14
4.2.1. Dificuldade de acesso e falta de informação sobre prevenção, medicamento e tratamento de doenças	14
4.2.2. Abuso sexual, gravidez e casamento infantil	16
4.2.3. Abuso de álcool e outras drogas	16
4.3. Soluções sugeridas	17
4.3.1. Melhorar a oferta de transporte e de médicos especialistas; aprimorar a gestão e ampliar o conhecimento dos profissionais da saúde	17
4.3.2. Criar um centro referência, com especialistas, para Informações sobre sexualidade	18
4.3.3. Criar um centro de reabilitação e prevenção do abuso de álcool e outras drogas, (através de atividade de arte, cultura, esporte, lazer) e fiscalizar a venda de álcool e drogas	18
<b>5. Liberdade, respeito e dignidade</b>	<b>18</b>
5.1. As perguntas feitas pelos jovens	19
5.2. Problemas vividos	19
5.2.1. Humilhação, constrangimento e assédio nas escolas, famílias e redes sociais	19
5.2.2. Violência Institucional	19
5.2.3. Racismo, preconceito, machismo, capacitismo	20
5.2.4. Faltam: escuta, diálogo e respeito a opinião e expressão	20
5.3. Soluções sugeridas	21
5.3.1. Mais ações voltadas para promoção do desenvolvimento	21
5.3.2. Ações educativas e mais segurança nas escolas	21

5.3.3. Adultos mais disponíveis para o diálogo	22
5.3.4. Grêmios estudantis em todas as escolas	22
<b>6. Convivência familiar e comunitária</b>	<b>22</b>
6.1. As perguntas feitas pelos jovens	22
6.2. Problemas vividos	23
6.2.1. Falta de tempo dos pais no dia a dia	23
6.2.2. Reuniões de família marcada pela violência e uso abusivo de álcool	23
6.2.3. Violência física justificada como estratégia pedagógica	23
6.2.4. Poucas oportunidades de convivência comunitária	24
6.3. Soluções sugeridas	24
6.3.1. Adulto aprender a se controlar	24
6.3.2. Apoio para as famílias fazerem planejamento familiar	24
6.3.3. Melhorar a infraestrutura dos bairros para estimular a convivência comunitária	24
<b>7. Educação, Esporte, Cultura e Lazer</b>	<b>25</b>
7.1. As perguntas feitas pelos jovens	25
7.2. Problemas vividos	25
7.2.1. Infraestrutura precária	25
7.2.2. Desinteresse dos jovens pelo estudo	26
7.2.3. Falta de acesso à cultura, esporte e lazer	27
7.2.4. Danos causados durante a pandemia de COVID-19	28
7.3. Soluções sugeridas	28
7.3.1. Aulas descontraídas, grêmios estudantis, conhecimento aplicado a realidade e atividades artísticas, culturais e esportivas	28
<b>8. Profissionalização e proteção no trabalho</b>	<b>29</b>
8.1. As perguntas feitas pelos jovens	29
8.2. Problemas vividos	30
8.2.1. Inexistência de uma política de educação profissional e preparação para o mundo do trabalho	30
8.2.2. Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	31
8.3. Soluções sugeridas	31
8.3.1. Feira de profissões nas escolas	31
8.3.2. Cursos profissionalizantes	32
8.3.3. Política municipal de educação profissional e apoio ao primeiro emprego	32
8.3.4. Programa enfrentamento do trabalho infantil, conscientização e renda para os pais, fiscalização nas feiras	32
<b>9. Considerações finais</b>	<b>32</b>



## Resumo executivo

A criança e o adolescente têm direito a participação da vida comunitária e política e, como sujeito de direitos, devem ter suas opiniões e desejos escutados – seja para tomada de decisão relativa à vida privada, seja para elaboração de políticas públicas.

Para saber o que eles pensam sobre a efetivação dos cinco direitos fundamentais<sup>3</sup> previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, foi criado o projeto Vez e Voz. Durante o ano de 2021, um grupo formado por vinte jovens recebeu orientação de profissionais para estudar o Estatuto da Criança e do Adolescente, e então, elaborou perguntas e coletou respostas através da aplicação de questionário em adolescentes de

12 a 17 anos, estudantes da escola pública das áreas rurais e urbana. Além dos questionários, foram realizados encontros em grupos focais compostos por crianças de 06 a 12 anos, adolescentes, jovens e pais de crianças de 0 a 06 anos. No total, foram escutados 52 participantes - sendo eles crianças, adolescentes, jovens e pais de responsáveis de crianças de 0 a 06 anos - e 323 respostas ao questionário.

Com base na discussão dos dados, os jovens identificaram os problemas e criaram sugestões de soluções para efetivação desses direitos em Gravatá/PE, resumidos no quadro a seguir e apresentado nos capítulos abaixo.

<sup>3</sup> São eles: Vida e saúde; liberdade, respeito e dignidade; convivência familiar e comunitária; educação, esporte, cultura e lazer; profissionalização e proteção no trabalho.



Quadro 1: Síntese Problemas e soluções.

Direito Fundamental	Problemas	Soluções
Vida e Saúde	<p>Dificuldade de acesso a prevenção e tratamento de doenças;</p> <p>Violência sexual, gravidez na adolescência e casamento infantil;</p> <p>Uso abusivo de álcool e outras drogas.</p>	<p>Melhorias na oferta de transporte e de médicos especialistas; aprimorar a gestão e ampliar o conhecimento dos profissionais da saúde;</p> <p>Criação de um centro referência, com especialistas, para Informações sobre sexualidade;</p> <p>Criação de um centro de reabilitação, prevenção através de atividade de arte, cultura, esporte, lazer;</p> <p>Fiscalização da venda de álcool e drogas.</p>
Liberdade, Respeito e Dignidade	<p>Humilhação, constrangimento e assédio nas escolas, famílias e redes sociais;</p> <p>Violência institucional;</p> <p>Racismo, preconceito, machismo, capacitismo;</p> <p>Faltam: escuta, diálogo e respeito a opinião e expressão.</p>	<p>Ações educativas e mais segurança nas escolas;</p> <p>Adultos mais disponíveis para o diálogo;</p> <p>Grêmios estudantis em todas as escolas;</p> <p>Mais ações voltadas para promoção do desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens.</p>
Convivência familiar e comunitária	<p>Falta de tempo dos pais no dia a dia;</p> <p>Reuniões de família marcada pela violência e uso abusivo de álcool;</p> <p>Violência física (palmada e castigos) justificada como estratégia pedagógica;</p> <p>Poucas oportunidades de convivência comunitária;</p> <p>Crianças com deficiência tem muita dificuldade de locomoção pelas ruas, espaços públicos e privados. Citam como exemplo a falta de rampas e o risco de "atolar num buraco na rua, ao transitar com a cadeira de rodas em ruas de terra, sem calçadas.</p>	<p>Adulto aprender a se controlar – tanto com relação ao abuso de álcool, como ao uso da violência física e psicológica para educar os filhos;</p> <p>Apoio para as famílias fazerem planejamento familiar;</p> <p>Melhorarias na infraestrutura dos bairros para estimular a convivência comunitária.</p>
Educação, Cultura, Esporte e Lazer	<p>Infraestrutura precária, falta acessibilidade às pessoas com deficiência em equipamentos públicos;</p> <p>Desinteresse dos jovens pelo estudo;</p> <p>Falta de acesso à cultura, esporte e lazer;</p> <p>Danos causados durante a pandemia de COVID-19.</p>	<p>Aulas descontraídas, conhecimento aplicado a realidade;</p> <p>Tecnologia Assistiva<sup>4</sup> para pessoas com deficiência;</p> <p>Grêmios estudantis em todas as escolas;</p> <p>Atividades artísticas, culturais e esportivas.</p>
Profissionalização e proteção no trabalho	<p>Inexistência de uma política de educação profissional e preparação para o mundo do trabalho;</p> <p>Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.</p>	<p>Feira de profissões nas escolas;</p> <p>Cursos profissionalizantes para jovens, alinhados aos seus interesses e de rápido retorno financeiro;</p> <p>Retorno do programa enfrentamento do trabalho infantil, conscientização dos danos do trabalho infantil e geração de renda para os pais;</p> <p>Fiscalização nas feiras e outros lugares onde as crianças e adolescentes trabalhando ilegalmente.</p>

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

<sup>4</sup> Como explicitado na Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), tecnologia assistiva são “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”.

# 1. Sobre a pesquisa e os participantes dela

Entre os meses de fevereiro e outubro de 2021 uma equipe composta por vinte jovens, três facilitadores e um coordenador, realizaram a pesquisa aqui apresentada. O seu recorte foi feito junto com vinte jovens do Projeto Vez e Voz<sup>5</sup>, com base nas definições deles do que gostariam de perguntar para crianças, adolescentes e jovens do município acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, e a efetivação dos direitos nele previsto no município de Gravatá/PE.

Para isso, num primeiro momento, os facilitadores<sup>6</sup> estudaram estratégias pedagógicas, para abordar os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente com os vinte jovens. O resultado está registrado em uma cartilha<sup>7</sup>, que norteou os encontros formativos sobre direitos previstos nos artigos do Estatuto para formulação das perguntas sobre os cinco direitos fundamentais para serem feitas às crianças, adolescentes e jovens.

Algumas dezenas de perguntas foram formuladas por eles, um dos facilitadores<sup>8</sup> organizou e selecionou aquelas mais adequadas para serem usadas no questionário ou no grupo focal. O produto dessa seleção foi apresentado e aprovado pelos jovens e com o apoio da Secretaria de Educação, organizou-se a logística da coleta de dados nas escolas. Então, fazendo o uso do

google forms, os jovens aplicaram o questionário em alunos das escolas dos distritos da área rural e área urbana do município, e apoiaram a facilitação dos orientadores nos grupos focais.

Os grupos focais foram realizados na área urbana e rural, nas seguintes localidades: sede das Organizações sociais, Fábrica de Cultura, SERC (Serviço de Estimulação e Reabilitação da Criança), Associação Ama Terra e no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). Os grupos foram feitos com crianças e adolescentes, pais e responsáveis de crianças de 0 a 06 anos de idade. Além de grupos temáticos com adolescentes pretos/pardos, mulheres, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, LGBTQI+ e pessoa com deficiência. Foram três grupos realizados na área rural e dez grupos na área urbana, totalizando 52 pessoas participantes.

Com relação aos questionários, foram coletadas 323 respostas (66% deles respondidos por jovens 15 a 17 anos, 25% com idade entre 12 a 14 anos e 9% com 18 anos ou mais).

A maioria dos questionários foi respondida por mulheres, 51%. E 46% das respostas são dos homens, seguido 3%, que preferiu não responder o sexo.

<sup>5</sup> O projeto Vez e Voz foi executado em 2021 pela Fábrica de Cultura, com apoio financeiro do Fundo da Criança e do Adolescente com recurso destinado pelo Programa Itaú Social.

<sup>6</sup> Josefa Maria da Silva e Welington Lúcio, facilitaram dois grupos com dez jovens em cada um, no período da manhã e da tarde. Eles também lideraram os jovens na elaboração e na coleta de dados.

<sup>7</sup> Josefa Maria da Silva, Welington Lúcio e Veruska Galdini produziram uma cartilha com a estratégia pedagógica e o conteúdo utilizados nas oficinas com os jovens para abordar os direitos fundamentais e elaborar as perguntas utilizadas nos grupos focais e no questionário da pesquisa apresentada aqui.

<sup>8</sup> Veruska Galdini realizou encontros virtuais com os jovens para definição das perguntas para questionário e para grupo focal, para discussão dos dados e apresentação da sistematização das informações que constam nesse relatório.

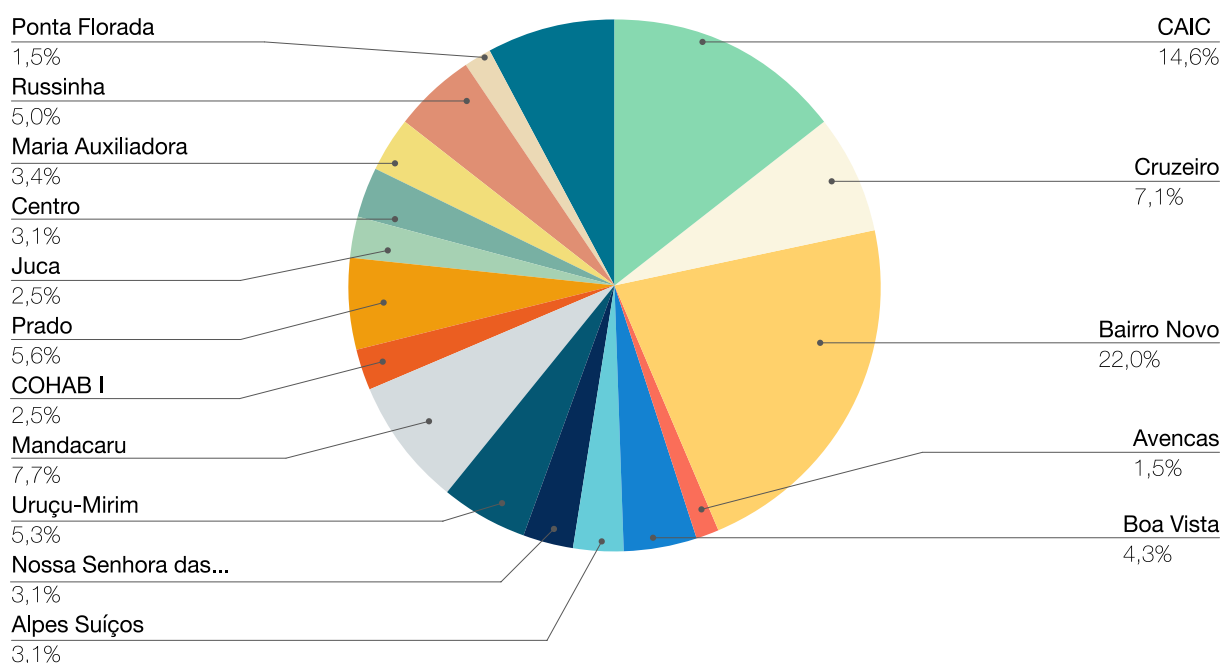
É também maioria os participantes que se autodeclararam pardos (52%), seguido dos brancos (32%), pretos (12%), amarelos (3%) e indígena (0,9%).

Apenas 4% das respostas, ou seja, doze pessoas, possuem algum tipo de deficiência - revelando que as estratégias utilizadas para coleta não

favoreceram a participação desse público.

Com relação ao território onde moram, 22% dos adolescentes e jovens afirmaram ser moradores do Bairro Novo; 15% no CAIC e 8% em Mandacaru e 7% no Cruzeiro. Os demais distritos tiveram menos participantes, como pode ser visto no gráfico abaixo.

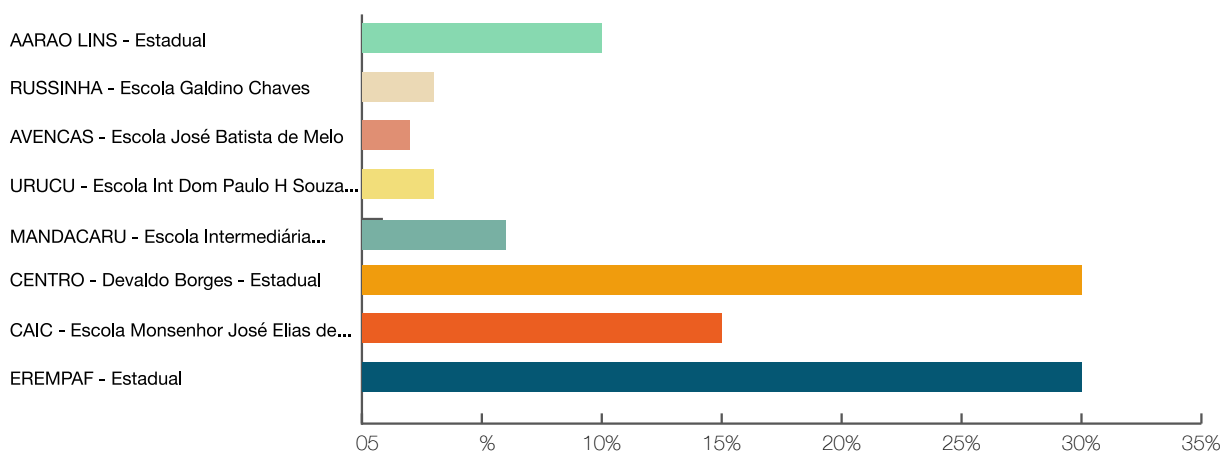
Gráfico 1: local de moradia dos participantes da pesquisa.



E há diversidade também com relação às escolas onde os adolescentes e jovens estudam,

com predominância de participantes das escolas Devaldo Borges, Erempaf e CAIC.

Gráfico 2: Escola onde participantes da pesquisa estudam.



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Com os dados coletados, a facilitadora organizou o conteúdo relacionando com os cinco direitos fundamentais, e mediou a discussão dos dados com os jovens. Dessa forma, o resultado apresentado a seguir contém informações dos questionários aplicados, das reflexões dos grupos focais e também das discussões de dados com os grupos de vinte jovens do Projeto Vez e Voz.

Escutá-los se faz importante porque o que vivemos na cidade não é um dado em si. As qualidades do território em que a gente vive são resultados das forças humanas. Portanto, é preciso conhecer as necessidades das pessoas

que vivem no território, pois assim o poder público poderá tomar decisões baseado em informação sobre o que de fato pode fazer da cidade um bom lugar para se viver, com proteção social das famílias e promoção do desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens de Gravatá/PE.

Sendo assim, os resultados apresentados a seguir trazem a marca da intenção desde a elaboração da pesquisa: compreender o que as crianças, adolescentes e jovens pensam sobre o atendimento aos direitos, usando suas impressões e pontos de vista.

## 2. Conhecimento das crianças, adolescentes e jovens sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente

Depois que os jovens pesquisadores perceberam que desconheciam os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, eles perguntaram se haveriam outros sem a informação. E as respostas ao questionário indicam que sim, a maioria dos adolescentes desconhecem

o Estatuto da Criança e do Adolescente. E afirmam não ter informações sobre os seus direitos: mais homens do que mulheres, mais moradores da área rural do que urbana, mais adolescentes pardos<sup>9</sup> do que brancos e pretos e aqueles com menos de 15 anos.

- 67% dos moradores da área rural e 54% da área urbana assumem que desconhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- 53% de adolescentes mulheres e 33% dos homens afirma conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- 56% das mulheres moradoras da área urbana e 41% da área rural afirmam conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Os adolescentes moradores dos bairros Bairro Novo, CAIC, Mandacaru, Russinha e Uruçu (nessa ordem) tem menos conhecimento sobre ECA do que os moradores de outros bairros;
- 56% dos alunos da Escola Estadual Professor Antonio Farias (“Erempaf” localizado no centro da cidade) afirma conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente e 50,53% dos alunos da Escola Estadual Devaldo Borges (localizada no centro da cidade) afirma o mesmo. Enquanto apenas 22,29% dos alunos da Escola Monsenhor José Elias de Almeida (no bairro do CAIC) dizem conhecer o ECA;
- Os alunos da Escola Municipal, de ensino fundamental, desconhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente: 92% dos alunos da Escola Dom Paulo Libório (localizada em Uruçu) afirmam não conhecer o ECA; 83% dos alunos da escola Francisco Galdino Chaves (em Russinha) dizem o mesmo. E 80% dos alunos da escola José Batista de Melo (Avenças) dizem não conhecer o ECA.

<sup>9</sup> Adota-se aqui os termos utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

## 3. Sobre os direitos fundamentais

Desde a Constituição Federal de 1988, entende-se que é obrigação do Estado, da família e da sociedade proteger as crianças e adolescentes. No instrumento legal prevê-se também que cabe ao Estado criar estratégias especiais para apoiar as famílias, para serem capazes de exercer esse cuidado. Essa é uma premissa que será seguida pelas leis que regulam as políticas públicas de saúde, educação, assistência social e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No Estatuto da Criança e do Adolescente formula-se um sistema de garantia de direitos para promover e defender os direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Ou seja, um conjunto articulado de ações articuladas devem ser implementadas para promover

a proteção integral de crianças e adolescentes – o que significa assegurar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Sendo assim, para promover a vida e saúde devem existir saneamento básico, acesso a moradia adequada, campanhas de educação sanitária.

Assim, caberá ao sistema de garantia de direitos; promover, defender e garantir o atendimento dos cinco direitos fundamentais: vida e saúde, liberdade, respeito e dignidade; convivência familiar e comunitária; educação, cultura, esporte e lazer; profissionalização e proteção no trabalho. O que as crianças, adolescentes e jovens disseram sobre esses cinco direitos fundamentais estão apresentados a seguir.

## 4. Vida e Saúde

Antes de apresentar os problemas e as soluções apontadas pelas crianças, jovens e pais de crianças de 0 a 06 anos, é importante lembrar o direito fundamental a vida e a saúde que está nos artigos 7º ao 14º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os artigos citados acima, que tratam da vida e saúde, nesse sentido de garantir a sobrevivência e o pleno desenvolvimento, as ações devem começar antes mesmo do nascimento, com

grupos de apoio à amamentação e assistência psicológica à gestante; acompanhamento médico no pré-natal, acolhimento no parto e pós parto. Esse cuidado com as crianças e suas famílias deve continuar na primeira infância, pois nessa fase da vida continua ocorrendo uma intensa formação das bases para um desenvolvimento pleno. Então, devem ser criados programas de prevenção e assistência médica e odontológica para doenças que acometem ao público infantojuvenil.

## 4.1. As perguntas feitas pelos jovens

As perguntas elaboradas pelos jovens, para questionário e grupo focal, sobre direito a vida e saúde não trataram de todas as possibilidades expressas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse recorte foi respeitado, pois ele representa os interesses e necessidades próprios de pessoas nessa faixa etária, já que foram formuladas por elas – e a intenção da pesquisa foi possibilitar vez e voz para crianças, adolescentes e jovens.

Sobre vida e saúde, as perguntas elaboradas pelos jovens abordam o acesso a medicação, tratamento e equipamentos (CAPS, UBS, UPA, por exemplo) e a profissionais (foram citados especificamente: ginecologista, pediatra, agente de saúde e psicólogos). Eles também perguntam sobre acesso a orientação profissional ou atendimento nos casos de abuso de álcool e outras drogas, saúde sexual, aborto. Outro tema de interesse é a atitude individual que promovem a própria saúde.

## 4.2. Problemas vividos

Com base nas respostas ao questionário e dos grupos focais, os seguintes problemas para efetivação dos direitos à vida e saúde foram relatados pelos participantes da pesquisa:

- Dificuldade de acesso a prevenção e tratamento de doenças;
- Violência sexual;
- Gravidez;
- Casamento infantil;
- Abuso de álcool e outras drogas.

A seguir, está uma síntese do que foi dito sobre esses três pontos.

### 4.2.1. Dificuldade de acesso e falta de informação sobre prevenção, medicamento e tratamento de doenças

Segundo os relatos dos adolescentes, jovens, pais e responsáveis de crianças de 0 a 06 anos, apenas as crianças de 0 a 01 ano de vida consultam médicos para prevenção e promo-

ção da saúde. A partir do primeiro ano de vida, consultam médicos apenas quando ficam muito doentes, e caso a automedicação (geralmente indicada pela mãe ou pelos avós) não tenha efeito.

Como causas para falta de visitas frequentes ao médico e a automedicação, foram apontadas por eles: a) burocracia para conseguir acesso às consultas e exames médicos – é preciso voltar várias vezes no posto para conseguir vaga, ou o processo é muito demorado. Muitas vezes, precisam pagar pelos exames em clínicas particulares para rapidez do diagnóstico; b) atendimento médico feito com descaso ou de modo insatisfatório (por exemplo, *mesmos remédios/injeção para tudo* ou *os mesmos que a mãe já deu*); c) despreparo, descaso e mal atendimento dos outros profissionais da saúde (foram citadas situações em que há desinformação e incompetência para seguir protocolo e resolver problemas simples); d) falta ou insuficiência de médicos especialistas (pediatras, psicólogos, ginecologista e oncologista); e) dificuldade para locomoção, falta transporte público.

As mães e responsáveis de crianças e adolescentes com deficiência, também apontaram a dificuldade de atendimento médico especializado – quando tem acesso é em outra cidade – e a falta de transporte público para locomoção. Na avaliação deles, não há prioridade no atendimento em hospital ou postos de saúde, seja para consultas ou exames. O impacto da pandemia foi ainda mais forte nesse público, pois com o distanciamento social, houve necessidade de cancelamento dos atendimentos terapêuticos e pedagógicos, e com isso, o desenvolvimento foi prejudicado, e muitas vezes, regredido.

Diferente dos adolescentes e jovens, a maioria dos pais e responsáveis que participaram do grupo focal afirmaram sentir-se atendidos e acolhidos no posto. A equipe de saúde é uma boa referência de cuidado para as mães e as crianças, dizem que podem contar com ela para tudo o que precisam, que as dificuldades estão

na burocracia, e destacam o compromisso da maioria dos profissionais. Já as crianças relatam sentir-se escutadas – tanto pelo médico como pela enfermeira - e reclamam da demora para ser atendida. Algumas comentam que além da consulta, vão ao posto para tomar vacina e consultar o dentista.

Os resultados da aplicação de questionário apontam que o acesso ao atendimento em posto de saúde é fácil e rápido para 39% dos adolescentes moradores da área urbana e 48% da área rural.

Mas as respostas dos adolescentes homens e as mulheres mostram que eles têm percepções diferentes: na área rural, para 41% delas o acesso ao posto de saúde é difícil e 16% deles pensam dessa forma - para a maior parte deles (67%) o acesso é fácil e rápido. E na área urbana, comparando as respostas das mulheres e homens, eles (14%) consideram o acesso fácil, mas a qualidade ruim, enquanto 11% das mulheres avaliam da mesma forma. Para 28% delas, o acesso é demorado e difícil, enquanto para 23% deles é assim. Ou seja, na área urbana, as mulheres sentem mais dificuldade com acesso do que com a qualidade do atendimento; já os homens percebem a qualidade do atendimento pior do que o acesso a ele.

Com relação às respostas com alguma avaliação do tratamento de saúde em equipamentos do SUS, é possível perceber diferenças regionais nas respostas das mulheres: na área urbana apenas 2,56% responderam que não conseguiram acesso ao tratamento que procuraram; e 12% das mulheres da área rural, responderam dessa forma. Também encontramos diferenças nas respostas de homens mulheres: apenas elas respondem que não conseguiram acesso ao tratamento, talvez porque buscam mais cuidados médicos do que os homens.

Com relação ao acesso aos equipamentos do Sistema Único de Saúde para tratamento, ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e ao Centro de Referência de Assistência Social

(CRAS) a maioria dos adolescentes - tanto da área rural como urbana, homens e mulheres, responderam não saber avaliar, não saber o que são esses lugares (o que por si é uma informação bastante relevante) ou preferiram não responder a pergunta.

Outras questões que revelam a falta de informação dos adolescentes são aquelas que abordaram a demanda por orientação, tratamento ou consulta para sexualidade, gravidez, abuso de álcool e outras drogas e transtornos psicológicos (vontade de deixar de viver, angústia, ansiedade, depressão). A maioria dos adolescentes respondeu que nunca precisou desse tipo de atendimento. E a segunda resposta mais recorrente é não precisou, mas não saberia onde procurar profissionais para atendimento.

Quanto a necessidade de atendimento profissional para transtornos psicológicos (vontade de deixar de viver, angústia, ansiedade, depressão) os dados mostram diferenças de gênero e entre moradores da área urbana e rural. Na área rural, há mais adolescentes homens (11%) do que mulheres (9%) que afirmam já ter tentado atendimento, mas teve dificuldade para consegui-lo.

Enquanto na área urbana, as mulheres (17%) dizem ter procurado atendimento e teve dificuldade, enquanto 7% dos homens responderam o mesmo. Na área urbana há mais mulheres (14%) que gostariam de ter orientação profissional do que na área rural (12%). Além disso, é possível perceber um maior número de respostas das mulheres da área urbana do que da área rural apontando uma necessidade de atenção à saúde mental e do que com relação aos outros temas abordados - violências e abuso de álcool e outras drogas. Ou seja, as respostas apontam para uma demanda das adolescentes mulheres de atenção à saúde mental e também há mais respostas dizendo que elas gostariam de receber orientação, mas não sabem por onde começar a procurar ajuda.

Pelas outras respostas ao questionário podemos

ver que os adolescentes apontam dificuldade de acesso aos medicamentos distribuídos gratuitamente nos postos de saúde: 46,7% disse que faltou remédio receitado pelo médico no posto de saúde em duas ou mais ocasiões; 20,4% disse que já faltou pelo menos uma vez. Apenas 32% respondeu que não faltou remédio receitado pelo médico no posto de saúde. Nos grupos focais, as jovens comentam a falta de acesso ao DIU, camisinha feminina e outros métodos contraceptivos menos danosos do que as pílulas. Elas gostariam de ter acesso mais fácil a medicamentos para cólica menstrual e para absorventes, usados no período menstrual.

#### 4.2.2. Abuso sexual, gravidez e casamento infantil

Os adolescentes e jovens identificam como problemas a gravidez não planejada e o casamento entre meninas e homens muito mais velhos, ainda frequente, especialmente na área rural. Eles comentam que, em visita ao Ministério Público, souberam que 60% dos casos tem a violência sexual como violação de direito.

Como causa apontam a falta de diálogo, o tabu para falar sobre sexo, a vergonha dos pais, de professores e dos governantes de tratar do tema. Na percepção deles, os pais e professores *sentem vergonha* para falar sobre sexualidade, pensam que *educação sexual é ensinar a fazer sexo*, desconhecem o que ou como tratar o assunto, ou *ao invés de orientar, colocam medo, ameaçam expulsar de casa*.

Talvez a vergonha e o tabu sejam variáveis a considerar nas respostas às perguntas que tratavam sobre esse tema da sexualidade. A maioria dos adolescentes, tanto da área urbana como rural, responderam que nunca precisou de orientações, consultas e tratamento sobre sexualidade e prevenção da gravidez; ou nunca precisou e não sabe nem por onde começar a procurar onde pode receber. E daqueles que já procuraram cuidado profissional mais meninos do que meninas relatam dificuldades para conseguir vaga para atendimento.

#### 4.2.3. Abuso de álcool e outras drogas

Os adolescentes e jovens concordam que é alto número de crianças e adolescentes fazendo uso abusivo de álcool e outras drogas. Os jovens comentam que foram alertados disso na visita realizada pelos jovens ao Ministério Público e também do número alarmante de casos de internação compulsória em outros municípios.

Nos diálogos realizados nos grupos focais, as crianças e jovens contam que o álcool é mais acessível do que outras drogas. Isso porque, segundo eles, o álcool está presente em todas as festas de família: *o álcool é normalizado pela família. Desde criança acha que beber e fumar é coisa bacana, bonita*. E muitas vezes os pais oferecem a bebida aos filhos, que não apenas experimentam como também a consomem na presença dos pais. Alguns jovens apontam a hipocrisia no fato do tabaco e do álcool serem liberados para consumo, mesmo causando tanta morte e ou violência.

Apesar da presença do álcool e tabaco na família, segundo os jovens, a maioria dos pais não orienta sobre o quanto pode beber, não fala sobre alcoolismo. Deveria alertar: *quando bebe você fica frágil; presta atenção com que você está acompanhado*. Nas escolas, os adolescentes e jovens dizem também não receber orientação: *não tem conscientização, inexistem grupos para escutar, para compartilhar experiência, dar atenção sem preconceito*.

Ou seja, falta atenção ao adolescente que faz uso abusivo de álcool e outras drogas, inclusive para aquele que percebe o descontrole e procura atendimento, mas encontra a inexistência ou insuficiência de profissionais na UBS. *O Psicólogo é sobrecarregado, não é fácil conseguir atendimento. Na prática o que existe é enfermeira, as vezes dentista e o agente de saúde... É mais fácil acesso para comprar as bebidas do que saúde pública de qualidade*.



Outro aspecto apontado pelas crianças e adolescentes nos grupos focais é a relação da violência intrafamiliar e o abuso de álcool e outras drogas. Segundo os jovens, os adultos fazem um uso abusivo de álcool nas festas de famílias e sob efeito dele, os adultos tem comportamentos violentos.

E, segundo os jovens, uma forte influência para o consumo precoce e uso abusivo de álcool e outras drogas são os amigos: *bebe porque o amigo tá bebendo, porque se diverte bebendo. Ou bebe porque a vida é solitária, ou ainda porque não tem atividade, e o adolescente sente a necessidade de ter algo para “ocupar a mente”; se tiver atividade não vai usar drogas.*

Assim como ao tratar do tema da sexualidade, a maior parte dos adolescentes que responderam ao questionário dizem nunca ter precisado de profissionais para orientação, consulta e tratamento para uso abusivo de álcool e outras drogas. E além de nunca ter procurado, afirmam que não saberiam por onde começar a buscar atendimento. Aliás, chama atenção que essas respostas (não precisar de orientação, consulta ou tratamento e o desconhecimento de onde buscar ajuda) sejam também mais frequentes quando são perguntados sobre saúde sexual, prevenção de gravidez, autolesão, abuso e violências; ideação suicida.

### 4.3. Soluções sugeridas

Durante o debate com o grupo focal ou discussão dos dados da pesquisa com os jovens, surgiram algumas ideias para solucionar os problemas vividos por eles, foram as seguintes:

- Melhorar a oferta de transporte e de médicos especialistas;
- Aprimorar a gestão dos serviços;
- Ampliar o conhecimento dos profissionais da saúde;
- Criar um centro referência, com especialistas, para Informações sobre sexualidade;
- Criação de um centro de reabilitação e prevenção do abuso de álcool e outras drogas,

através de atividades de arte, cultura, esporte e lazer;

- Fiscalizar a venda de álcool e drogas.

Essas soluções estão apresentadas de forma resumida, a seguir.

#### 4.3.1. Melhorar a oferta de transporte e de médicos especialistas; aprimorar a gestão e ampliar o conhecimento dos profissionais da saúde

Para melhorar o acesso a prevenção e tratamento de doenças os jovens indicam necessidade de melhorar o transporte público, seja para o trânsito entre Gravatá, Caruaru/PE e região, seja entre área rural, bairros periféricos e equipamentos de saúde. Além das melhorias no transporte, perguntam: por que não há contratação de mais profissionais médicos especialistas? São citados especificamente pediatras, ginecologistas e oncologistas. *É necessário atendimento específico para criança e adolescente. Há casos de emergência não tem pediatra, só clínico geral.*

Sugerem também que os profissionais da saúde sejam melhor capacitados, com mais domínio dos protocolos: *faltam pessoas preparadas para trabalhar nos equipamentos municipais. Às vezes está ali porque é amigo de vereador!* Para exemplificar, um dos relatos feitos trata de um profissional que negou um procedimento, mas devido a acompanhante do doente estar informada e insistir no protocolo correto, foi possível realizar o atendimento. *Tem profissional que não quer disponibilizar, que nega o serviço, tendo tudo ali. Nega a qualidade, nega a informação. O município até oferece o procedimento, mas a pessoa que trabalha ali não sabe o que está fazendo ou nega por algum motivo, inventa desculpa. Se aproveitam da falta de informação do povo.*

Os jovens percebem também uma falta de organização e gestão da equipe, por exemplo, *dois médicos estavam no plantão, mas não atendiam ninguém porque os dois estavam no horário de almoço ao mesmo tempo.*

#### 4.3.2. Criar um centro de referência, com especialistas, para informações sobre sexualidade

Na percepção deles, falta um *centro de informações*, ou seja, um lugar de referência para buscar informações sobre o uso da camisinha para evitar infecções sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos ou para meninos e meninas aprenderem a ter respeito um pelo outro. Para os jovens falta também incluir os homens nas discussões sobre gravidez e paternidade. Além disso, é preciso ampliar as orientações que tratam exclusivamente de gestação e gravidez para o cuidado com o corpo e a sexualidade.

Este lugar de referência deveria contar com especialistas tratando do tema deveria ser criado principalmente na área rural, onde é mais difícil chegar até posto de saúde e o acesso à internet é ruim ou inexistente. Para muitos deles esse lugar pode ser o posto de saúde ou a escola, mas com profissionais especialistas e estratégias específicas (*campanhas, palestras, oficinas, rodas de conversa, etc.*), não professores na sala de aula.

#### 4.3.3. Criar um centro de reabilitação e prevenção do abuso de álcool e outras drogas, (através de atividade de arte, cultura, esporte, lazer) e fiscalizar da venda de álcool e drogas

Segundo os jovens, para evitar o uso de álcool antes dos 18 anos é necessário ser rígido e fazer cumprir a lei, não vender álcool para menores, exigir a identidade de quem compra a bebida alcóolica. Dizem também que para prevenir, poderiam existir mais projetos, programas e serviços públicos em ongs, em todos os bairros, com aulas de capoeira e atividades de esportes, cultura, arte e lazer. Para eles, essas atividades servem para a pessoa tirar o pensamento da pessoa daquilo. *Uma pessoa que usa ou bebe pode tirar o pensamento daquilo e pode aprender o que é errado.* Os jovens comentam que a preocupação deveria começar com as crianças, *porque elas deveriam ter brinquedo para brincar, mais espaços para brincar, porque criança devia fazer coisas assim.*

Para os adolescentes que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas deveria ser criado um centro de reabilitação específico para essa faixa etária, no município. Deveria existir um lugar onde pudessem ficar internados e também fazer atividades.

## 5. Liberdade, respeito e dignidade

A Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) é um marco legal importante para garantia de direitos da criança e do adolescente, pois a partir dela as crianças e adolescentes passaram a ser vistos como pessoas, em processo de desenvolvimento e com direitos civis, humanos e sociais. Ou seja, elas devem ser respeitadas e não tratadas como adultos, ou como seres inferiores ou submetidas a eles, à sua família e ao Estado. A Constituição Federal de 1988

e o Estatuto da Criança e do Adolescente determinam como responsabilidade da família, do Estado e da sociedade proteger e agir para promover o seu desenvolvimento integral, não apenas atender aquilo que lhes falta e considerando o melhor interesse da criança ou adolescente. Para estabelecer parâmetros legais do que significa o direito à liberdade, respeito e dignidade, o Estatuto da Criança e do Adolescente aborda o tema no Capítulo II e seus artigos 15 a 18.

## 5.1. As perguntas feitas pelos jovens

Os jovens abordaram os temas da liberdade de expressão, do respeito a opinião pela escola, pela família e pela comunidade. Eles elaboraram questões para investigar se crianças e adolescentes sabiam a quem recorrer se vivessem uma violação de direitos (se conhece o conselho tutelar), se se sente escutado e protegido. Também levantaram questões sobre violências, preconceito e discriminação nas famílias, escolas e comunidade em geral.

## 5.2. Problemas vividos

Os dados apontam que são problemas vividos por crianças, adolescentes e jovens da área rural e urbana:

- Humilhação, constrangimento e assédio nas escolas, famílias e redes sociais;
- Violência institucional;
- Racismo, preconceito, machismo, capacitismo;
- Faltam: escuta, diálogo e respeito a opinião e expressão.

Para melhor compreensão, está a seguir um resumo de cada um desses apontamentos.

### 5.2.1. Humilhação, constrangimento e assédio nas escolas, famílias e redes sociais

Nas discussões dos dados, os jovens comentaram que a humilhação, o desrespeito, o constrangimento e muitas vezes até mesmo o assédio moral ou sexual estão presentes na escola, família e redes sociais.

Na percepção deles o xingamento, racismo e preconceito vem de casa. Por exemplo, *na forma de demonstrar carinho com xingamento faz parecer normal tratar assim, porque é irmão.*

Já na escola, foram citadas várias situações de humilhação, desrespeito ou assédio moral e sexual cometido por alunos, professores, funcionários e diretores. Um exemplo citado foi a dificuldade de tirar dúvidas na sala de aula pois os professores *acham que é brincadeira, que é pra ficar perturbando e coloca o aluno para fora da sala.*

Nas redes sociais o assédio sexual é uma violação mais frequente, segundo as jovens mulheres, e ocorre através de mensagem *no direct, falando coisas desagradáveis.* Mas os jovens do grupo de discussão relataram também que já estão acontecendo casos em Gravatá/PE, de perseguição e ridicularização de jovens por outros jovens.

Nas discussões, as jovens mulheres chamam atenção para a frequência maior de assédios sexual, presencial ou virtual cometidos contra as mulheres do que com homens.

### 5.2.2. Violência Institucional

Na roda de conversa com adolescentes de 12 a 14 anos surgiu a discussão sobre o comportamento de policiais e uma constatação: *a polícia precisa parar de bater nos outros, (é cheia de preconceito... só porque a pessoa é preta, rapaz?). Quando a pessoa tá sozinha, aí que ela bate.* O grupo relembra uma série de exemplos de violência nas abordagens e o preconceito com pessoas pretas.

Inclusive, uma das jovens facilitadoras do grupo pergunta se as meninas sabem que tem direito a ser enquadrada por policiais meninas? Ao que elas respondem: *mas aqui não tem isso, não.*

Como foi dito acima, o assédio sexual e moral também acontece nas escolas. Entretanto, o que há de comum em todos os casos relatados é o desrespeito e a omissão dos adultos para tomar providências resolutivas. Por exemplo, no caso relatado de um professor que assediou meninas na escola e *elas foram procurar a diretoria, mas não deu em nada. Eles não acreditam que os professores podem fazer isso. E os professores assediam muito as meninas com gracinhas, com comentários de cunho sexual.* Mas segundo os jovens, a diretora da escola dizia: *sempre vou acreditar no que o professor está dizendo, pode ser minha filha, mas vou acreditar nele.* Segundo os jovens, *quando a pessoa cria coragem de falar, sempre falam que não é verdade, que é profissional, que nunca ia fazer coisa do tipo, que estudou para isso.*

### 5.2.3. Racismo, preconceito, machismo, capacitismo

Ao tratar desse tema nas rodas de conversa com adolescentes surgiram algumas situações vividas por eles: um dos adolescentes disse ter sofrido preconceito por ser preto (*me chamou de macaco*) e por deficiência nas pernas (*perna de alicate, preconceito vindo dos mais próximos, como primo e amigos*). Eles contam que tendem a reagir a isso com violência e grosseria. Um dos adolescentes já sofreu preconceito por sua religião (*depois que entreguei a minha vida a Jesus, o povo fica falando “crente do cu quente”, mas eu não ligo pra isso porque o que vale é a consciência da pessoa e eu não sou isso mesmo*).

O preconceito e o capacitismo também foram apontados no grupo com as mães e responsáveis de pessoas com deficiência. Elas dizem enfrentar muitas situações preconceituosas, tanto de familiares como de pessoas da sociedade em geral.

Outro comentário nos grupos foi com relação à existência de discriminações e preconceitos dirigidos às mulheres. Já nos questionários, as respostas abordando a igualdade de gênero foram as seguintes: 97% delas, 98% deles e 89% dos que preferiram não dizer o gênero, disseram que todos devem ter os mesmos direitos. E também a maioria diz que a igualdade não é vivida no cotidiano: 65% das mulheres, 49% dos homens e 56% daqueles que preferiram não dizer o gênero.

Como mostram os números, mais mulheres do que homens tem a percepção da desigualdade vivida no cotidiano. É interessante notar também que 70% das mulheres responderam acreditar inexistir roupas, brinquedos, profissões, coisas para meninos e para meninas. Enquanto 55% dos homens acredita no mesmo.

O mesmo acontece com relação às pessoas LGBTQIA+ a maior parte das mulheres (90%) respondeu que elas devem ter os mesmos

direitos; 84% dos homens responderam o mesmo, e 77% daqueles que preferiram não dizer ao qual gênero pertence. E também a maioria das mulheres (76%) dizem que não há igualdade de direitos vividos no cotidiano, enquanto é assim para 64% dos homens, e para 71% daquelas pessoas que responderam preferir não dizer o gênero ao qual pertence.

O racismo foi abordado no questionário e 47% dos que responderam disseram não ter presenciado nem ter sido vítima de racismo. 38% disse que já presenciou e 15% já foi vítima ou presenciou situações de racismo.

### 5.2.4. Faltam: escuta, diálogo e respeito a opinião e expressão

As crianças e adolescentes que participaram das rodas de conversa disseram sentir-se escutados pelos adultos (tanto da família, como da escola) na maior parte do tempo. Já na discussão dos dados com os jovens, a percepção muda um pouco. Para eles, as crianças e os adolescentes nem sempre são escutados. Eles dizem que *escutaram muita reclamação porque não tem muita voz, tanto na família, como na escola*.

As mães e responsáveis de crianças e adolescentes com deficiência também comentam que eles *precisam ser ouvidos, precisam dialogar, precisam de mais empatia com eles, pois eles também convivem em sociedade e precisam ter seus direitos cumpridos e suas vozes escutadas*.

Essas diferenças com relação ao respeito à opinião quando criança e quando jovem é percebida também nos dados do questionário: 32% dos adolescentes de 12 a 14 anos relatam sentir-se escutados todas as vezes; já aqueles com 15 a 17 anos, 23% dizem sentir-se assim e com 18 anos ou mais, 21% sentem-se escutados todas as vezes.

Segundo os adolescentes e jovens, os pais não dão direito de escolha: *tem família que está*

*preparando coisa para você, e você nem sabe que ela tá preparando. Por exemplo, o meu filho vai ser doutor. Eles também não dialogam: eles só falam do ponto negativo, e chegam com sete pedras na mão.*

Os jovens perceberam que na aplicação de questionários por telefone, escutavam os pais sussurrando do lado as respostas, e muitas vezes ou impediam a participação dos adolescentes na pesquisa. Ou seja, *não existe direito de escolha. A mãe não deixou fazer o questionário, mesmo explicando o que era – e isso é autoritarismo.*

Pelos questionários, o respeito dos pais à opinião dos adolescentes é avaliado de forma diferente pelos homens e pelas mulheres: *poucas vezes elas se sentem respeitadas, enquanto eles dizem sentir muitas vezes o respeito pela opinião.*

Com relação a participação no ambiente escolar, os jovens dizem que a maioria dos professores, coordenadores e diretores das escolas não escutam: *eles, não têm abertura. É como se tivesse uma barreira, um receio. Não conseguem escutar. Não tem cumplicidade. Como consequência, eles percebem que as crianças precisam gritar para serem escutadas e os adolescentes desistem de falar o que pensam, sentem, querem - porque sabem que não serão escutados.*

Os dados do questionário também mostram que os adolescentes sentem sua opinião poucas vezes respeitada pelos coordenadores e diretores. Já com relação aos professores e colegas, os adolescentes e jovens sentem-se respeitados muitas, mas não todas as vezes.

Nas discussões dos dados com os jovens, eles destacam a Escola Devaldo Borges como um lugar que escuta os adolescentes, uma vez por mês há reunião para saber o que está acontecendo, eles resolvem o que está sendo reclamado.

### 5.3. Soluções sugeridas

Diante dos problemas apontados, nos debates do grupo focal ou na discussão dos dados com os jovens, foram sugeridas as seguintes soluções:

- Mais ações voltadas para a promoção do desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens;
- Ações educativas e mais segurança nas escolas;
- Adultos mais disponíveis para o diálogo;
- Grêmios estudantis em todas as escolas.

A seguir, estão descritas as ideias principais do debate realizado com as crianças, adolescentes e jovens.

#### 5.3.1. Mais ações voltadas para promoção do desenvolvimento

Os adolescentes e jovens dizem que poderia existir mais projetos voltados para os jovens nas escolas, nas praças, em *ongs de todos os bairros, para que assim a mente dos jovens seja ocupada e assim evitar a violência ou a vida errada, para tirar as crianças e adolescentes da rua.*

Na discussão com os jovens, eles dizem também que seria bom se existissem projetos voltados para apoiar aqueles que sofreram bullying, bem como ações que abordasse especificamente a diversidade.

E nas rodas de conversa com adolescentes, comentam que os projetos precisam de *ações práticas, ter grupos para desenvolver ideias, pesquisas. Porque tem teoria, mas precisa ter essa prática igual a de vocês no Voz e Voz.*

#### 5.3.2. Ações educativas e mais segurança nas escolas

Nas escolas deveriam ter aulas sobre respeito na diversidade, convivência e empatia. Para evitar humilhações, xingamentos e agressões - tanto

na escola como na internet - os adolescentes sugerem também mais segurança nas escolas, mais leis para punir as pessoas que cometem violência. Para que as pessoas desenvolvam a auto consciência, deveria existir mais ações educativas sobre violência física e psicológica. Também deveria ser ensinado às crianças e aos adolescentes para ter empatia, *se colocar no lugar do outro* e a lei Maria da Penha, para evitar a violência contra a mulher.

### 5.3.3. Adultos mais disponíveis para o diálogo

Os jovens gostariam que os professores conversassem mais com eles sobre o rendimento escolar, *porque se o professor desse o feedback para os adolescentes, não*

*só com os pais, o adolescente saberia onde melhorar, perceber o que pode melhorar. Mas uma conversa com diálogo, não bronca.*

### 5.3.4. Grêmios estudantis em todas as escolas

Eles dizem que poderia existir mais grêmios estudantis nas escolas, como existe nas escolas Erempa e Devaldo Borges, segundo eles. Relatam a importância do grêmio na mediação das relações entre professor e aluno, em um episódio ocorrido no Devaldo: *uma vez um professor tratou mal um aluno na sala de aula. Aí o grêmio foi acionado pela turma da sala, contando que aconteceu com o aluno. O grêmio falou com o diretor e o diretor falou com o professor.*

## 6. Convivência familiar e comunitária

Dito de modo simplificado, diversos estudiosos das ciências humanas afirmam que como ser humano, sentimos a necessidade de conviver em grupos, familiares ou comunitárias. Porque é nessa relação com o outro que formamos nossa identidade, nos reconhecendo como indivíduos, ao mesmo tempo que nos sentimos seguros por pertencer a um grupo. O que produz a identidade e a sensação de segurança são os vínculos afetivos que se estabelecem com as pessoas na convivência com familiares e comunidade. E pessoas que amam e são amadas se tornam pessoas confiantes, diz Winnicott. Assim como o desamor é sentido como abandono e com essa dor, reage ao ambiente.

É também uma necessidade humana, ser reconhecido na sua individualidade, no seu modo de vestir, na sua religiosidade, na música que ela gosta, de ser valorizada no seu modo de estar no mundo. A admiração por modos de viver

diferentes, ou seja, da valorização pelos diversos jeitos de resolver problemas e dificuldades que a vida apresenta é vivido como vínculo comunitário. Portanto, para o desenvolvimento pleno das crianças e dos adolescentes, é seu direito viver em uma família e conviver com uma comunidade. Seguindo as descobertas das ciências humanas, o Estatuto da Criança e do Adolescente assimila os conhecimentos para determinar os artigos 19 ao 52 do Capítulo III.

### 6.1. As perguntas feitas pelos jovens

Nesse tema, as perguntas exploram a qualidade das relações familiares, a presença da agressão física como forma de educar, a violência cometida por pessoas da mesma família. Os jovens também formularam perguntas sobre o racismo, preconceito, discriminação com pessoas pretas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.

## 6.2. Problemas vividos

As respostas aos questionários e grupos focais ou a discussão dos dados com os jovens trouxe à tona alguns problemas vividos por crianças, adolescentes e jovens, são eles:

- Falta tempo dos pais no dia a dia;
- Reuniões de família marcada pela violência e uso abusivo de álcool.
- Violência física justificada como estratégia pedagógica.
- Poucas oportunidades de convivência comunitária.

O que foi dito sobre cada um desses pontos está explicado abaixo.

### 6.2.1. Falta de tempo dos pais no dia a dia

As crianças relatam que as brincadeiras acontecem com pai e irmãos, mas com a mãe não, pois ela está sempre ocupada. Elas também sentem que os pais precisam trabalhar muito e com isso, ficam ocupado a maior parte do dia e da semana. Durante a pandemia, sentiram ainda mais falta da presença, da conversa e da união da família.

Dizem que, no futuro vão lembrar que foi bom viver a infância com a família. Alguns afirmam que foi bom “estar com eles”, receber apoio deles e fazer as viagens: *quando eu era criança, só existia eles e era divertido estar junto com meu irmão, meu pai e minha mãe.* Hoje, na adolescência e na pandemia, sentem falta da presença, da conversa e da união. *Porque na minha casa sempre foi mais corrido, sinto falta de ter o momento de conversa sobre algum assunto social, algum assunto interessante.* Segundo eles, a convivência familiar é boa e ruim ao mesmo tempo. *É bom quando está todo mundo junto e a liberdade com cada um. Mas é ruim porque tem muita briga nas famílias.*

Afirmam que o relato das crianças e dos adolescentes na escola mostra que não são todas as crianças e adolescentes que tem

boa convivência familiar. Segundo eles, é preciso que o adulto tenha mais paciência e seja mais estável. Aceite a opinião do outro. *Tenha outra maneira de educar, conversando mais. Parar de pensar que violência educa.* E segundo eles, uma família pode ser ajudada a não cometer violência através de *eventos para estar com a família, lugar para se divertir com a família e campanhas na TV, nos celulares, na cidade.* Desconhecem lugares em Gravatá que promovem a convivência familiar sem violência.

### 6.2.2. Reuniões de família marcada pela violência e uso abusivo de álcool

Na discussão dos dados com os jovens, eles resumem a convivência familiar assim: *temos necessidade de reunir a família, mas quando reúne tem álcool e isso da confusão, briga, violência.*

*Existe violência nas famílias e tem muito. Basta ter festa... A minha família vive brigada, um pensando em dar facada no outro, tudo lampião.* A lembrança que levarão para o futuro é da família comendo pipoca e assistindo filme, indo ao parque da cidade. É também da família toda reunida, bebendo juntos nas festas.

Ao mesmo tempo, falam das brigas entre parentes que muitas vezes terminam em brigas nas festas, potencializada pelo excesso de bebida. *A família junto é tudo brigado um com outro. É porque nem sempre as famílias estão conversando um com o outro, elas tão brigada e então é ruim, mas é bom. É bom ter aconchego com a família, mas é ruim porque elas estão brigadas.*

### 6.2.3. Violência física justificada como estratégia pedagógica

Tanto nas discussões do grupo focal como nas respostas do questionário, ainda aparecem sandália e tabica, usadas pelos pais para bater nas crianças: *eu apanho quase todo dia de tabica,* diz uma criança do grupo focal. *Eu me escondo dentro do guarda roupa*

*até ela ir embora. Há também uma ideia de “merecimento: Eu também apanho de vez enquanto do meu pai com a sandália, mas é só quando eu faço alguma coisa de errado.*

No questionário, 60% das adolescentes mulheres da área urbana disse que os pais utilizaram da violência física para educá-los desde sua infância. Enquanto 50% dos homens respondeu o mesmo. Na área rural, 46% dos homens disseram que os pais utilizam de violência física e 38% das mulheres responderam o mesmo. Ou seja, a violência física estratégia pedagógica está mais frequente na área urbana do que rural. Na urbana acontece mais com as mulheres enquanto na rural, com homens.

#### **6.2.4. Poucas oportunidades de convivência comunitária**

Com relação a convivência comunitária, relatam a existência de muitos preconceitos e humilhações. Uma criança diz que *sofreu na escola, vocês não entendem o que eu tô falando. Eu fico triste e não gosto.* E outro responde: *Quase todos daqui já sofreu né? Todos eu acho.*

De acordo com a percepção dos jovens, os pais dificultam a convivência comunitária dos filhos, pois pelo medo da *violência nos lugares e do que o filho pode sofrer lá fora ou pode fazer lá fora, eles proibem o jovem de sair de casa.*

### **6.3. Soluções sugeridas**

E diante desses problemas, quais as soluções sugeridas pelos participantes da pesquisa? As seguintes soluções foram apontadas:

- Adulto aprender a se controlar;
- Apoio para as famílias fazerem planejamento familiar;
- Melhorar a infraestrutura dos bairros para estimular a convivência comunitária.

Para compreender melhor o que crianças, adolescentes e jovens sugeriram, as ideias estão descritas a seguir.

#### **6.3.1. Adulto aprender a se controlar**

As crianças, os adolescentes e jovens dizem que os adultos precisam se controlar, tanto com relação ao abuso de álcool, como ao uso da violência física e psicológica para educar os filhos. Para não acontecer mais violências, *o adulto tem que ter mais paciência, saber beber e ficar no seu canto quieto, ter consciência; comer, beber e dormir.*

Poderia ter mais palestras e aconselhamentos. Exemplo: *se comprar a bebida, a outra tem que falar, tenha cuidado para não ter briga, agressão. Mas nem sempre conselho é bom né? Porque se fosse bom não dava, se vendia. E poderia vender as bebidas em garrafa de plástico, porque assim um não corta a barriga do outro.*

#### **6.3.2. Apoio para as famílias fazerem planejamento familiar**

Nas discussões dos dados com os jovens, eles disseram que percebem a falta de apoio para a família fazer planejamento familiar. *Ela deveria se preparar para ter um filho. Refletir com uma pessoa que tem experiência sobre isso. Uma boa educação sexual para usar preservativos e não ter filhos com quem não tem futuro!*

#### **6.3.3. Melhorar a infraestrutura dos bairros para estimular a convivência comunitária**

Os jovens discutindo os dados levantaram outras hipóteses para a irritação além do uso de álcool: *a infraestrutura precária dos bairros (falta saneamento básico, praças e espaços convivência comunitária) também causa desconforto, confusão, mal-estar na convivência, estresse, acidente, irritação.* Além disso, essa precariedade impede a convivência comunitária: *os bairros não tem pracinha nenhum ambiente que os filhos possam brincar, não tem espaços que proporcionam convivência comunitária.*



## 7. Educação, Esporte, Cultura e Lazer

Quando o pleno desenvolvimento integral (físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade) é premissa dos direitos da criança e do adolescente, a educação, esporte, cultura e lazer tem um papel de centralidade nas ações voltadas para as crianças e adolescentes.

Além de promover o desenvolvimento, educação, cultura, esporte e lazer são fundamentais para proteção e inclusão social. Isso porque através deles se promove a interação social, e com ela se estabelecem vínculos afetivos responsáveis pela inclusão de pessoas aos grupos sociais. Ao conviver nas escolas, centros culturais, esportivos e de lazer, as crianças e adolescentes se relacionam com outras pessoas da sociedade, que muitas vezes as defende e protege de situações de violência – acionando o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, encaminhando as famílias para atendimento nas políticas de saúde ou de assistência social, por exemplo.

No Estatuto da Criança e do Adolescente o Capítulo IV, em seus artigos 53 ao 59 tratam desse direito.

### 7.1. As perguntas feitas pelos jovens

As perguntas redigidas pelos jovens e que trataram sobre esportes, buscavam saber se as crianças e adolescentes tem acesso aos esportes nos bairros onde moram, quais as modalidades tem interesse praticar e se as pessoas com deficiência têm acesso a eles. O mesmo teor marca as perguntas sobre cultura, somada ao questionamento acerca do que é

cultura, tanto de modo geral como de modo particular, referente à cultura de Gravatá/PE. Também querem saber se tem a informação de que a cultura é um direito previsto no ECA e qual avaliação para diversidade de expressões culturais. Não foram feitas perguntas específicas sobre lazer. E sobre educação, os jovens formularam perguntas sobre a valorização do estudo pela família, se os pais ajudam com tarefas escolares, se há fácil acesso à escola e à educação de qualidade, e se há inclusão de pessoas com deficiência nas escolas.

### 7.2. Problemas vividos

As discussões no grupo focal e as respostas ao questionário demonstram que as crianças e adolescentes vivem os seguintes problemas para efetivação do direito à educação, cultura, esporte e lazer:

- Infraestrutura precária;
- Desinteresse dos jovens pelo estudo.
- Falta de acesso à cultura, esporte e lazer.
- Danos causados durante a pandemia de COVID-19.

A seguir, cada um desses pontos está explicado com mais detalhe.

#### 7.2.1. Infraestrutura precária

Os pais e responsáveis de crianças de 0 a 06 anos, os adolescentes e jovens apontam problemas na infraestrutura das escolas. Segundo eles, não há escolas de educação infantil (para crianças de 0 a 06 anos) e professores em quantidade suficiente.

Em uma escola municipal da área rural, os jovens notaram que não há salas para todas as turmas, uma vez que encontraram as professoras e alunos de duas turmas diferentes dividindo a mesma sala. Além de ampliar o número de salas de aula, é preciso oferecer ensino médio na área rural.

Na percepção deles, as cadeiras são desconfortáveis (em escolas da área rural são a mesma para criança e para adolescentes) e as quadras, quando existem, são ruins. A higienização dos banheiros é insuficiente, não tem ar condicionado nas salas, e o acesso a computadores e internet é bem ruim.

As crianças de 06 a 11 anos dizem que não tem parquinho (com pula-pula, escorregador, balanço) ou espaço adequado para brincadeiras, atividades esportivas e recreativas. Essa qualidade ruim dos espaços para brincar e praticar esportes aparece nas rodas de conversa dos grupos focais. Nos questionários a imensa maioria (92 a 100%) avaliou que nas escolas tem espaços para brincar, praticar esportes e conversar com amigos. Porém, nele não foi abordada a qualidade desses espaços.

Tanto as crianças como os adolescentes dizem sentir falta de transporte escolar, principalmente *quando chove e o transporte não consegue passar, os alunos ficam sem ensino, ficam sem aula.*

As mães e responsáveis por crianças e adolescentes de pessoas com deficiência sentem a necessidade de investimento da prefeitura para a “tecnologia assistiva”. A Lei nº 13.146/2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, explicita o conceito de Tecnologia Assistiva como: “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”.

Por sua vez a merenda escolar é avaliada como boa por 79% dos adolescentes que responderam ao questionário. São mais citados como bons o iogurte, o pão (com queijo ou doce), as frutas – inclusive poderiam ser distribuídas mais vezes. E os mais citados para melhorar são os sucos e o tempero da comida (aumentar ou incluir sal).

### 7.2.2. Desinteresse dos jovens pelo estudo

Os adolescentes e jovens percebem muito desinteresse e afastamento dos estudos, agravado na pandemia de COVID-19. Para eles isso é consequência da qualidade das aulas que *não são envolventes, não são aulas descontraídas, não tem brincadeiras e dinâmicas que facilitam a compreensão.*

Os adolescentes de 12 a 14 anos comentam que alguns professores e seus métodos de ensino são bons, ou seja, revelam que existem profissionais na escola que estão encontrando meios de atrair e reter a atenção dos alunos. Os jovens por sua vez fazem críticas a prática de ensino: *todo ano ensinam a mesma coisa para todas as turmas. E sempre acontece coisa nova, muita coisa no ensino muda, mas o professor e a escola nunca trazem isso para a gente.* Assim, para os adolescentes, assim como dizem os jovens mais velhos também, diante da mesmice de conteúdo e forma, é natural encontrar jovens desinteressados, desestimulados, solitários no processo de aprendizagem.

Segundo os jovens, o desinteresse pode estar relacionado também com a impossibilidade de eleger disciplinas com base no interesse individual e a falta de sentido atribuída ao conteúdo. Segundo as respostas ao questionário, para 33% dos adolescentes, o conteúdo abordado na escola contribui muito para sua formação, para 40% o conteúdo abordado contribui razoavelmente e para 27% contribui pouco ou nenhum pouco.

Nas rodas de conversas com adolescentes e jovens, outros motivos foram apontados por eles

para o desinteresse nas aulas: a) muitas vezes os alunos precisam trabalhar para aumentar a renda familiar e seu cansaço pode interferir na capacidade de concentração e participação. Outra explicação deles foi com relação ao aluno parar de prestar atenção nas aulas, quando percebem que não estão aprendendo o conteúdo. Aqui eles comentam que muitos professores não se importam com esse aluno, ou estabelecem uma relação desrespeitosa, dificultando o relacionamento entre professor-aluno e identificação de estratégias de enfrentamento das dificuldades. Além da falta de apoio do professor, uma outra causa para o desinteresse dos alunos é a falta de incentivo e acompanhamento por parte dos pais, *eles não dão importância para os estudos*. Enfim, aparentemente, os jovens e adolescentes estão muito solitários no processo de aprendizagem.

Sobre a falta de apoio dos pais, os jovens alertaram para a condição de vida dos pais marcada pela sobrecarga com tarefas de casa e o trabalho e pelo analfabetismo, passado de geração para geração, pela necessidade

das crianças e adolescentes trabalharem para contribuir com a renda familiar.

### 7.2.3. Falta de acesso à cultura, esporte e lazer

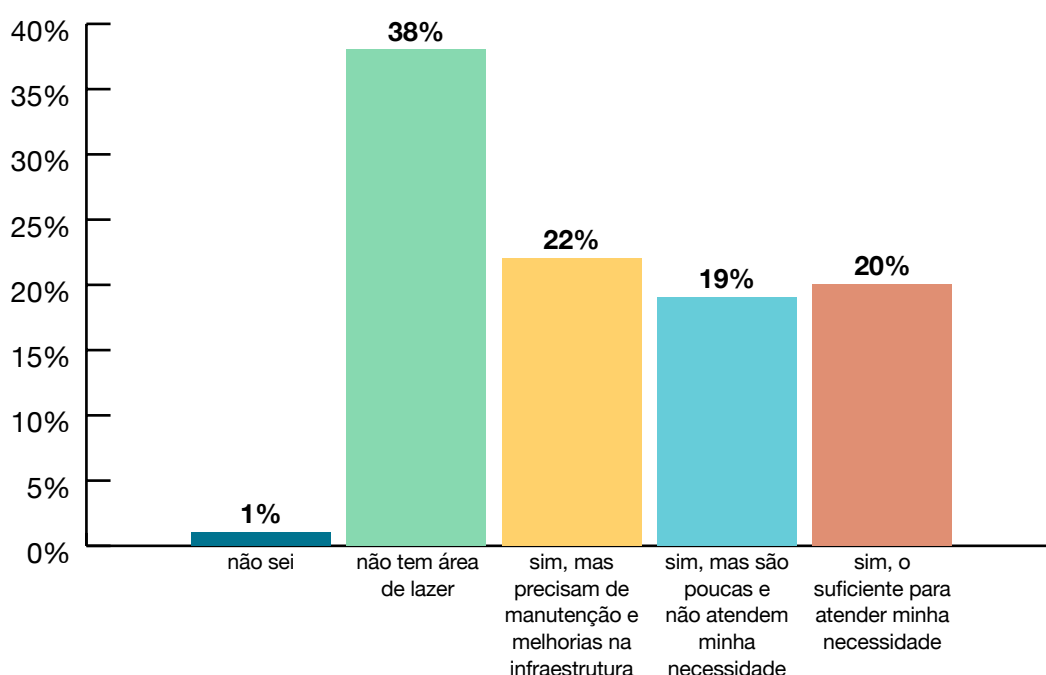
Tanto nas rodas de conversa com crianças, adolescentes e jovens, como no questionário apontam a falta de espaços para lazer e a escassez de atividades voltadas para arte, cultura, esporte e lazer.

O mesmo foi apontado pelas mães de pessoas com deficiência. Segundo elas, mesmo nas festas juninas e shows existentes, não há um cuidado específico voltado para as pessoas com deficiência, como rampas de acesso, sinalização de caminho, recepção e orientação.

Segundo 38% dos adolescentes que responderam ao questionário seus bairros não tem área de lazer; para 22% eles precisam de manutenção; para 19% são poucos e não atendem a necessidade; já para 20% existe o suficiente – como pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 3: acesso ao lazer nos bairros.

#### Existem áreas de lazer no seu bairro?



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Quando perguntados sobre o que fazem no lazer, as crianças afirmam gostar de rodar pião, jogar bola, pega-pega, manja macaco, peças de lego. Dizem que brincam nos espaços disponíveis na escola, mas eles são insuficientes ou inadequados. Os jovens também comentam que, seja na escola ou nas praças públicas, não tem brinquedoteca, parquinho (com pula-pula, balanço, escorregador) ou quadra poliesportiva (para jogar vôlei, basquete, capoeira, jiu jitsu ou judô). Sentem falta também de local adequado para os ciclistas e os corredores praticarem as atividades.

Os espaços existentes para futebol são os campinhos improvisados de forma precária. Há também espaços para praticar skate e andar de bicicleta, mas são insuficientes ou estão distante dos bairros (como é o caso do Parque do Povo). Outro problema é a falta de manutenção com regularidade exigida, por exemplo, no Cruzeiro.

Crianças, adolescentes e jovens dizem que gostariam que existisse piscina pública, shopping e cinema na cidade. Sentem falta também de acesso a eventos de dança, pois os que existem são todos pagos e caros. Dessa forma, eles ficam sem atividade de lazer na cidade.

O mesmo afirmado pelas crianças e adolescentes com deficiência e seus familiares: não há espaço de lazer, no parque da cidade só é possível fazer caminhada. A grande maioria das crianças e adolescentes que responderam ao questionário, reconheceram que faltam brinquedos e espaços acessíveis para pessoas com deficiência.

#### **7.2.4. Danos causados durante a pandemia de COVID-19**

Segundo a percepção dos jovens, a suspensão das aulas para distanciamento social durante a pandemia de covid-19, provocou danos no processo de aprendizado das crianças, adolescentes e jovens. Além da falta de acesso à tecnologia, os jovens comentaram de

dificuldades para manter concentração e rotina. A desigualdade de acesso à tecnologia ficou bastante evidente na pandemia, já que alunos das diferentes regiões e classes sociais não tiveram a mesma oportunidade: *muita gente não teve acesso (a educação a distância e ao ENEM) porque não tem computador, não tem internet. O sinal de internet nas escolas é ruim; as famílias não tem dinheiro para pagar internet.*

Outra queixa feita por eles foi com relação à dificuldade de manter a concentração, assistindo aulas online em casa, por causa *do barulho da rotina de um lugar onde mora muita gente.* Além da dificuldade de concentração, falaram da responsabilidade de manter uma rotina – e muitas vezes, estão sozinhos, sem adultos (pais, responsáveis ou professores) para apoiá-los na organização e planejamento das tarefas do dia a dia.

### **7.3. Soluções sugeridas**

Nas discussões sobre esses problemas, surgiram as seguintes sugestões para solucioná-los:

- Aulas descontraídas;
- Grêmios estudantis;
- Conhecimento aplicado a realidade;
- Atividades artísticas, culturais e esportivas.

A seguir, está resumido o que foi sugerido pelas crianças, adolescentes e jovens nos grupos focais.

#### **7.3.1. Aulas descontraídas, grêmios estudantis, conhecimento aplicado a realidade e atividades artísticas, culturais e esportivas**

As sugestões dos jovens para melhorar a qualidade da educação é ter aulas mais dinâmicas, que incluam a brincadeira, a descontração. Na experiência deles, *uma aula diferente, sem querer a gente aprende, entra na cabeça mais fácil.* Para que os jovens prestem atenção nas aulas, o professor precisa prestar mais atenção no conhecimento para a vida, envolver o aluno para aprender. Sugerem que

seja adotado o que se faz na escola particular. *Ela tem ensino diferente, conteúdo diferente. Outra ideia é poder escolher as disciplinas, como algumas escolas já fazem.* Um grêmio estudantil ajudaria a mediar as relações e criar atividades que envolvam os jovens. Além de ajudar a criar a escola dos sonhos: *sem violência, sem racismo, sem humilhação, com igualdade e empatia.*

Com relação a cultura, esporte e lazer, os jovens gostaria que a gestão municipal investisse mais recurso público apoiando grupos culturais e artísticos existentes. Também solicitam para que a Secretaria Municipal de Cultura não discrimine o RAP.

Os jovens sugerem como atividades de lazer e esportivas o campeonato de skate, “grau”

(com motocicletas) e a volta das gincanas e jogos escolares que envolvam adolescentes e crianças. As mães de crianças e adolescentes com deficiência também sugeriram competições esportivas, incluindo pessoas com deficiência. E indicaram também a implementação de um centro cultural, voltado para o lazer, a cultura e os esportes, com acessibilidade e inclusão de crianças e adolescentes com deficiência. Elas também sugeriram um cinema *ou pelo menos uma sala com tv, para que as crianças se divirtam por uma ou duas horas assistindo filmes.*

Os jovens também apontam que falta ensinar nas escolas sobre a cultura local e as datas importantes para a cidade. E encontrar meios de conscientizar as pessoas para não destruir o que existe de infraestrutura para esporte, cultura, lazer e educação.

## 8. Profissionalização e proteção no trabalho

O direito a profissionalização e proteção no trabalho, assim como a educação, cultura, esporte e lazer devem promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

A educação profissional é uma das estratégias para a redução da desigualdade, pois possibilita a colocação no mercado de trabalho e o aumento da renda. Especificamente para os jovens de 14 a 17 anos, estudos apontam que a educação permite que eles alcancem uma boa colocação no mercado de trabalho – uma vez que a ocupação é maior entre aqueles com curso profissionalizante, quando comparado com a população geral. Apesar disso, a inserção dos jovens no trabalho ocorre sem qualquer tipo de preparação para o mundo do trabalho.

Para promover a educação profissional para adolescentes e jovens em um país em que a vulnerabilidade social marca as famílias

brasileiras, de geração em geração, é preciso impor limites para proteger crianças e adolescentes do trabalho infantil. Isso porque, apesar de muitas vezes valorizado pelas famílias, é reconhecidamente prejudicial para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. O caminho é diferenciar as situações de trabalho infantil, daqueles em que o adolescente pode ser aprendiz. É o que vemos na Constituição Brasileira de 1988, na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e no capítulo 5, artigos 60 a 69, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

### 8.1. As perguntas feitas pelos jovens

As perguntas feitas pelos jovens buscam identificar se as crianças trabalham, os motivos e se elas reconhecem que é uma violação de direitos e sabem para quem pedir ajuda – e mais especificamente se conhecem o conselho tutelar.

Já sobre profissionalização, as perguntas tratam sobre o investimento do município em educação profissional, como avaliam as oportunidades de se informar sobre profissões para fazer as escolhas pessoais, se as escolas orientam nesse sentido, se as famílias apoiam e legitimam as escolhas dos jovens. Questionam também sobre acesso dos jovens a oportunidade de ser adolescente aprendiz.

## 8.2. Problemas vividos

Nas discussões com os jovens, foram levantados os seguintes problemas:

- Inexistência de uma política de educação profissional e preparação para o mundo do trabalho;
- Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

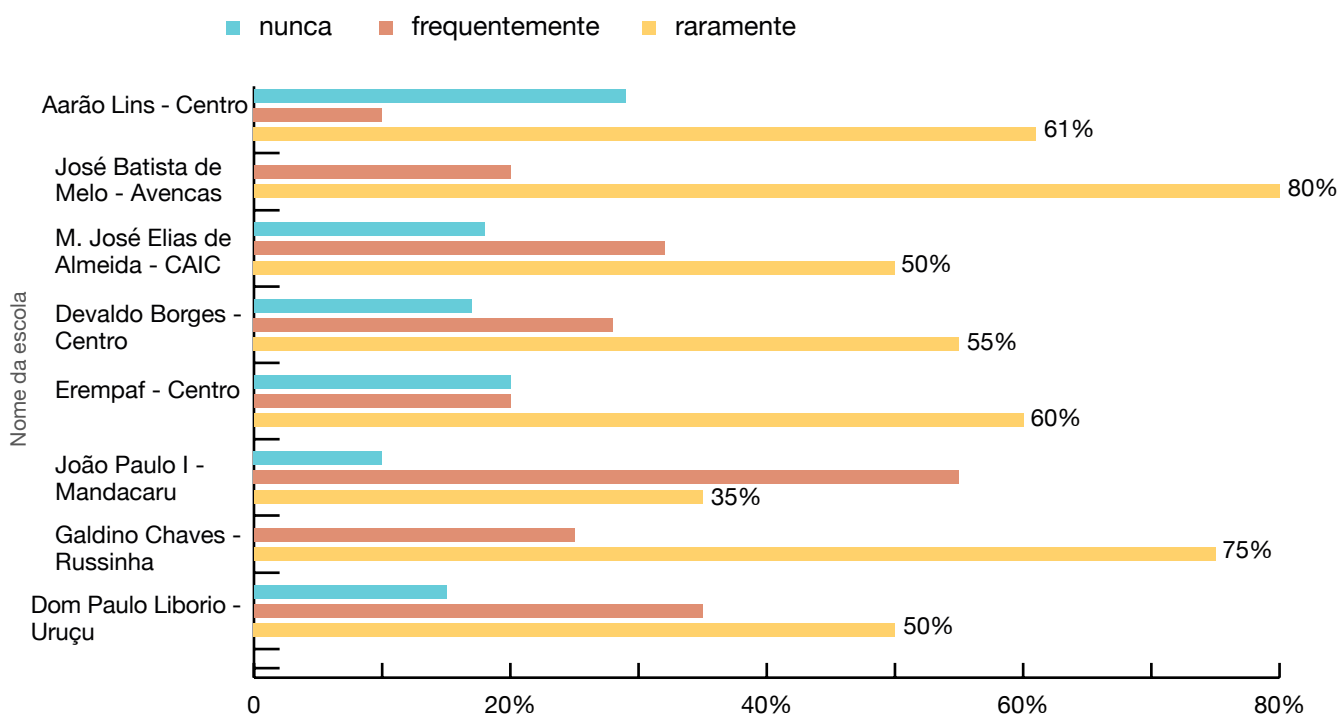
A seguir, está um resumo da reflexão feita pelos jovens do grupo focal e das reuniões de discussão dos dados.

### 8.2.1. Inexistência de uma política de educação profissional e preparação para o mundo do trabalho

Na percepção dos adolescentes e jovens participantes dos grupos focais, inexistem cursos profissionalizantes, preparatórios para vestibular, relacionados com educação profissional e financeira. É também o que apontam as mães e responsáveis por adolescentes com deficiência, e os dados do questionário: a maioria dos adolescentes, homens e mulheres, da área urbana ou rural responderam que raramente tem aula, palestra ou alguma orientação voltada para profissionalização.

Gráfico 4: educação profissional nas escolas.

#### Na escola onde você estuda tem aulas, palestra ou alguma orientação voltada para educação profissional?



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Com isso, os adolescentes e jovens dizem que além de desconhecer as possibilidades no mundo do trabalho, e a diversidade de profissões, também são impossibilitados de *escolher o que gosta de fazer e trabalhar só pela remuneração*.

Os cursos profissionalizantes oferecidos são para maiores de 18 anos e não são de interesse dos jovens. Citam como exemplo a falta de cursos da área de informática.

Os jovens dizem sentir falta de informações sobre adolescente aprendiz. Acreditam que os jovens da área rural têm mais dificuldade de acesso pelo custo maior com transporte e alimentação, uma vez que os cursos são oferecidos distante do local de residência.

Jovens e adolescentes sentem falta de diálogo com os pais e professores, *falta apoio para o jovem acreditar que pode realizar suas escolhas*. Eles veem que alguns jovens tem apoio familiar, e puderam escolher livremente uma profissão. E há também jovens que *a influência da família não ajuda muito* ou os familiares julgam as escolhas afirmando que *não tem futuro pela frente*.

Parece que os adolescentes estão sozinhos para refletir sobre a vida profissional pois não sentem que podem conversar com pais, com professores: *tenho vergonha de ter a resposta errada*. *Eles não me dão abertura para perguntar*, diz uma jovem. Gostariam de conversar mais sobre a insegurança de participar dos processos seletivos e sofrer racismo, discriminação, constrangimento. Eles também comentam que percebem haver *muito capacitismo, racismo, preconceito mercado de trabalho*.

### 8.2.2. Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil

A maioria das crianças e adolescentes dos grupos focais disseram que já trabalhou e/ou já viu crianças trabalhando. Começaram a trabalhar com sete ou oito anos e quando chegam na

*adolescência, os sonhos são interrompidos, precisam trabalhar em construção civil, por exemplo... não tem apoio da família, e às vezes aparece um trabalho e tem que ir, porque precisa*.

Nas rodas de conversas com as crianças, os adolescentes e jovens, há relatos de crianças e adolescentes em situação de trabalho ilegal ou precário na construção civil, na feira, no jogo do bicho, no cuidado dos irmãos e afazeres domésticos. Um motivo citado, é que *os pais estão trabalhando mais tempo fora de casa, crianças cuidam dos irmãos mais novos. O outro é a própria situação de pobreza, faz com que os filhos trabalhem para aumentar a renda familiar*.

## 8.3. Soluções sugeridas

Nas reuniões, tanto dos grupos focais com jovens como para discussão dos dados, foram levantadas as seguintes ideias para promover a profissionalização e erradicar o trabalho infantil juvenil:

- Realizar feira de profissões nas escolas;
- Ofertar cursos profissionalizantes;
- Formular uma política municipal de educação profissional e apoio ao primeiro emprego.
- Retomar o programa enfrentamento do trabalho infantil;
- Promover a conscientização e ofertar renda para os pais;
- Fiscalizar as feiras e possíveis locais onde as crianças trabalham.

Um resumo do que foi pensado pelos jovens está registrado a seguir.

### 8.3.1. Feira de profissões nas escolas

Os jovens reforçam a importância de saber e ter mais informação sobre o mundo do trabalho, por exemplo, tipo de profissões, mercado de trabalho, cursos profissionalizantes, etc.

Eles desejam ser apoiados na escolha profissional, de acordo como nós jovens nos encaixamos e mais gostamos. *Poderia existir*

*uma feira de profissões, como já teve na escola. Teve troca de conhecimento, teve policial, advogado, engenheiro...*

### **8.3.2. Cursos profissionalizantes**

Apesar de ter aulas sobre como fazer currículo e como usar a informática nas escolas, eles avaliam que não é suficiente para profissionalização. Dizem ter interesse em cursos mais voltados para educação profissional, cursos preparatórios e vagas reservadas para o primeiro emprego.

Gostariam de fazer cursos para ganhar seu próprio dinheiro, por exemplo, maquiagem, sobrancelha, cabelo, fotografia, artes, designer (banner, Photoshop, CorelDraw), administração, computação.

Os cursos profissionalizantes devem estar alinhados aos seus interesses e possibilitar rápido retorno financeiro.

### **8.3.3. Política municipal de educação profissional e apoio ao primeiro emprego**

Sugerem também que governo além dos

cursos gratuitos, favoreça o acesso a diferentes espaços de trabalhos para o jovem conhecer profissões que se identificam, e aprender com os profissionais em seus ambientes de trabalho. Ou seja, que favoreça o acesso a *um espaço apropriado para adquirir experiência do que gosta de fazer e poder escolher com o que trabalhar.*

### **8.3.4. Programa enfrentamento do trabalho infantil, conscientização e renda para os pais, fiscalização nas feiras**

Com relação às soluções para enfrentamento do trabalho infantil, os jovens sugerem a garantia de renda e a conscientização dos pais. Eles comentam que *o PETI era muito bom e devia voltar a ter os projetos da prefeitura que tinham no Cruzeiro, para se distrair depois da escola. Poderia ter mais praças para brincar. Comentam que o parque da cidade é distante, não dá para frequentar quanto gostariam e poderiam existir mais parques em cada bairro. Além disso, acreditam que deveria haver mais fiscalização nas feiras, pois os guardas civis veem a criança ali com carrinho de mão, mas não fazem nada.*

## **9. Considerações Finais**

A pesquisa Voz e Voz teve como objetivo compreender o que as crianças, adolescentes e jovens pensam sobre o atendimento aos direitos fundamentais em Gravatá/PE, usando suas impressões e pontos de vista como informação.

Escutá-los se faz importante porque o que vivemos na cidade não é um dado em si. As qualidades do território em que a gente vive são resultados das forças humanas. Portanto, é preciso conhecer as necessidades das

pessoas, que vivem no território, pois assim o poder público poderá tomar decisões baseado em informação sobre o que de fato pode fazer da cidade um bom lugar para se viver, com proteção social das famílias e promoção do desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens de Gravatá/PE.

Quando comparamos o que as crianças, adolescentes e jovens pensam sobre os problemas e as soluções para garantir seus



direitos com diagnósticos e planos municipais de atendimento<sup>10</sup> específicos para esse público e elaborados por adultos (representantes de organização social, sociedade civil, secretarias municipais, entre outros), vemos que a percepção da qualidade de vida na cidade é coincidente em muitos aspectos.

Para viver melhor, os adolescentes disseram que precisam ter mais acesso às consultas, exames diagnósticos e tratamentos médicos, principalmente especialistas. Este parece ser mesmo um problema na cidade, pois no PPA 2016-2021, há uma meta para aumentar a densidade de profissionais de saúde qualificados médicos de 7,19% (mensurado em 2016) para 8,6% (2021), por 10 mil habitantes. E no Plano de Governo Frente Popular, do atual gestor consta “administrar a saúde com resolutividade, mais eficiência e com melhor atendimento nas unidades básicas de saúde, ambulatoriais e no Hospital municipal”, exatamente como os jovens apontaram como uma das soluções para melhorias no exercício do direito à saúde. Além desta, há outra ideia similar ao que dito pelos jovens no Plano de Governo Frente Popular, da atual gestão municipal. No documento consta: “Implantar as boas práticas na distribuição de insumos farmacêuticos” e como vimos nos resultados da pesquisa, a maioria dos adolescentes e jovens já ficaram sem medicamentos pelo menos uma vez depois da consulta na unidade básica de saúde e sentem dificuldade para ter acesso a métodos contraceptivos.

Há mais apontamentos sobre o que fere o direito fundamental a vida e saúde feitos pelos adolescentes e jovens: a gravidez, a violência

sexual e o uso abusivo de álcool.

É interessante relacionar o alerta feito pelos adolescentes com os dados dos registros do Conselho Tutelar no ano de 2014 e no período de 2016-2018 apresentados em documentos oficiais municipais. Segundo os registros do Conselho Tutelar, o motivo da violação foi violência sexual em 10% dos casos registrados em 2014. No período de 2016-2018, ela aparece em 51 casos, ou 9% das violações registradas<sup>11</sup>.

Quando discutiam a gravidez na adolescência, os jovens chamaram atenção para o casamento infantil. Esta relação está demonstrada por estudos, como exemplo a publicada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), estima 90% dos casos de gravidez na adolescência no mundo são com garotas casadas, enquanto o Brasil tem a sétima maior taxa de gravidez na adolescência entre os países da América do Sul. O casamento infantil é prejudicial principalmente para adolescentes mulheres, pois aumentam os riscos da gravidez precoce e não planejada (que traz consigo maior probabilidade de complicações e mortalidade materna), exclusão da escola, do convívio familiar e comunitário e com isso sérios prejuízos à saúde mental e bem-estar. Quando se trata da gravidez na adolescência, é preciso considerar a realização de um levantamento de dados específicos sobre o casamento infantil para criar estratégias de ações efetivas para a diminuição de adolescentes grávidas, vítimas de violência sexual e vulnerabilidade – muitas vezes apontadas como motivos para o casamento infantil. Aliás, a ideia de realizar um estudo sobre a temática da violência sexual consta no Plano de Ação Municipal de Atendimento às Crianças

<sup>10</sup> Foram disponibilizados os seguintes documentos: Diagnóstico da situação das crianças e adolescentes do município (2014); Plano de Ação do COMDICA (2021); Plano de Governo da Frente Popular de Gravatá, Plano Decenal dos direitos da criança e do adolescente de Gravatá (2020-2030); Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativa em meio aberto do município de Gravatá/PE (2020-2030); Plano Municipal de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência (2020-2022); Plano Municipal de combate às drogas (2020); Plano municipal de políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes com deficiência (2020); Plano Municipal da Primeira Infância (sem data); Protocolo do Fluxo de atendimento intersetorial e interinstitucional no enfrentamento à violência contra criança e adolescente (2020). E o Plano Plurianual de Gravatá 2018-2021, acessado em 10 de outubro, no endereço: <https://transparencia.prefeituradegravata.pe.gov.br/app/pe/gravata/1/planejamento-orcamentario>

<sup>11</sup> Não podemos concluir que houve diminuição da ocorrência da violação, pois a lista de tipificação das violações é diferente nos dois documentos. Segundo informa a Childhood, no site: <https://www.childhood.org.br/casamento-infantil-e-suas-consequencias> Acesso em 05 de novembro de 2021.

e Adolescentes vítimas de violências (2020-2022). Essa é uma das ações bastante relevantes para a promoção, controle e defesa dos direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência. Ações para identificação do fenômeno da violência sexual estão previstas também no Plano de Ação do COMDICA (2021) – além dessa, outra ação planejada é a capacitação para a rede de turismo.

Com relação à sexualidade na adolescência e prevenção de gravidez, no Plano de Governo da Frente Popular, da gestão municipal atual, consta a criação de um Centro Especializado em Saúde da Mulher e à implementação de programas de saúde do adolescente. Esse segundo é bastante relevante pois como os jovens disseram, precisamos lembrar que gravidez precoce e sem planejamento deve ser evitada por homens, não só pelas mulheres. Talvez uma sugestão dos jovens possa ser absorvida nos próximos planos municipais: a criação de centro de referência, com especialistas para informação sobre a sexualidade e outro para tratamento e reabilitação do uso abusivo de álcool e outras drogas, utilizando como estratégias as atividades relacionadas com arte, cultura e esportes.

Com relação ao uso abusivo de álcool é o motivo da violação em 23% dos casos registrados no Conselho Tutelar, o segundo mais recorrente no ano de 2014. Entretanto, o envolvimento com drogas está em primeiro lugar nos registros do Conselho Tutelar no período de 2016-2018, em 18% dos casos.

Sobre esse tema, os jovens apontaram a falta de controle e fiscalização de bares na venda de bebidas para menores de 18 anos e o mesmo aparece no plano municipal de enfrentamento às drogas (2020). Entretanto há uma diferença significativa com relação à percepção do tipo de droga a se combater: enquanto no plano de ação o foco é o combate ao crack, para as crianças, adolescentes e jovens é o álcool a principal droga que tanto os jovens como

os adultos fazem o uso abusivo, levando aos comportamentos violentos intrafamiliares.

Também importante notar que a terceira violação mais recorrente segundo o Conselho Tutelar é a “violação da própria conduta”, presente em 19% dos registros em 2014 – enquanto os dados referentes aos anos 2016-2018, as violações causadas pela própria conduta estão em segundo lugar, seguido dos pais ou responsáveis como os agentes violadores.

Uma reflexão dos jovens parece explicar esses fenômenos. Segundo eles, a solidão é um dos motivos para o abuso de álcool, então, talvez seja possível inferir que pode ser também um dos motivos para cometer as violações contra si mesmo. Quando o questionário abordou os temas ideias suicidas e os transtornos da depressão e ansiedade (geralmente relacionados com uso abusivo de álcool e atos contra si mesmo), os jovens apontam que necessitam de atendimento para saúde mental e desconhecem onde conseguir ajuda ou que já procuraram atendimento, mas foi difícil consegui-lo. Como citado acima, os planos da gestão pública indicam a pretensão de ampliar o número de médicos especialistas e o mesmo consta no Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e dos Adolescentes (2020-2030). Mas especificamente sobre saúde mental, encontra-se apenas no Plano de Governo Frente Popular do gestor atual a implantação de um Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS-I) e leitos de retaguarda psiquiátrica no Hospital Municipal Doutor Paulo da Veiga Pessoa.

Outras informações da pesquisa evidenciam a necessidade de o poder público investir em estratégias de promoção da saúde mental do público infante juvenil. Quando perguntados sobre o direito à liberdade, respeito e dignidade, as respostas mostram uma condição de vida marcada pela humilhação, constrangimento e assédio; pela falta de diálogo e desrespeito a opinião e expressão; pelo racismo, machismo

e preconceito – fatos reconhecidamente geradores de sofrimento psíquico.

Os adultos com quem as crianças, adolescentes e jovens se relacionam, sejam eles professores, diretores e coordenadores de escola, pais e familiares não escutam, não dialogam, não demonstram interesse pelo o que os jovens estão sonhando, projetando ou até mesmo, vivendo. Houve relato inclusive de assédio cometido por professores e de violência institucional causado por policiais e por diretores e coordenadores das escolas. Vale aqui um alerta: os agentes violadores não estão identificados com precisão nos dados publicizados<sup>13</sup>. Aparecem apenas os pais ou responsáveis como agentes violadores mais frequentes. Outros violadores são informados de modo genérico, por exemplo, educação pública, saúde pública, assistência social, não deixando claro qual a violação cometida, se a falta de acesso a política pública ou se uma violência institucional ou cometida no equipamento público, por exemplo.

As informações sobre violência e convivência familiar dadas pelas crianças, adolescentes e jovens da pesquisa coincide com dados do Conselho Tutelar do ano de 2014: a violência física ainda é usada como estratégia pedagógica pelos pais e o dia a dia da convivência familiar, e marcada pela ausência dos pais, muitas vezes porque estão ocupados com a sobrevivência da família. Além disso, as reuniões de família estão marcadas pela violência, decorrente do uso abusivo de álcool e outras drogas. E em 2014, os dados do Conselho Tutelar já apontavam os maus tratos familiares como a violação mais recorrente, presente em 40% dos registros. Já nos dados de 2016-2018 dessa mesma fonte, maus tratos aparece em terceiro lugar.

É importante ressaltar que as crianças, adolescentes e jovens quando falam de seus pais e suas famílias contextualizam os

comportamentos individuais. Eles reconhecem como motivo do descontrole do adulto a preocupação com a sobrevivência, a falta de informação ou desconhecimento de como fazer diferente dos seus pais, já que muitos deles não tiveram oportunidades de refletir ou aprender outros modos de existir. Essa percepção deles evidencia a necessidade de apoio do Estado para que as famílias superem as dificuldades impostas pela condição de vida, que além de miséria e fome, causam o sofrimento que as crianças e adolescentes relatam nos grupos focais e discussões dos resultados e que Bader Sawaia (2003)<sup>14</sup> denominou de sofrimento ético-político - uma dor físico-emocional, a dor da injustiça, do preconceito, da falta de dignidade, e que poderia ser evitada pois é específica de quem ocupa uma determinada posição social e vive conflitos próprios de uma dinâmica familiar marcada pela violência e exclusão social.

Mas, de modo geral, o que consta nos planos municipais vigentes para apoiar as famílias são ações eficazes apenas para a prevenção da violência (como as campanhas, através de panfletagens e palestras) ou descritas com imprecisão - por exemplo: “sensibilização e orientação das famílias nos serviços socioassistenciais e de atenção básica da saúde”, como está no plano de ação para crianças e adolescentes vítimas de violência. Ou ainda “o atendimento às famílias” dito de forma genérica - como está no plano municipal dos direitos humanos para crianças e adolescentes, mas sem descrever qual tipo de “atendimento” e por qual das políticas setoriais ele será executado.

Como já é conhecido pelos estudiosos da proteção social de famílias em situação de violência ou outra grave violação de direitos, as ações eficazes para reparar danos causados por essa condição exigem profissionais

<sup>13</sup> Fonte: Plano Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (2020-2022).

<sup>14</sup> SAWAIA, Bader. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália. Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE/PUC, 2003. p. 39-50.

especializados realizando atendimento individual e familiar. É o que se prevê por exemplo, no Sistema Único de Assistência Social, através do PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Entretanto, em nenhum plano municipal de atendimento ou até mesmo no Plano de Governo Frente Popular, da gestão municipal atual, há qualquer menção à implementação ou incremento desse serviço. Apenas no Plano Decenal para a Primeira Infância está indicado como sugestão a implantação do CREAS. Além da necessidade de serviços e programas especializados, as ações com as famílias para serem eficazes e efetivas precisam ser intersetoriais, ou seja, envolver as políticas de assistência social, educação, saúde, esporte, cultura, lazer, economia, habitação, etc.

De forma estratégica, esta articulação intersetorial está prevista nos planos municipais de direitos humanos e de atendimento as vítimas de violência. Em ambos, está prevista a incidência no orçamento municipal de duas formas: a) levantar as dotações orçamentárias do município destinadas às estratégias das políticas intersetoriais para enfrentamento da violência sexual; b) garantir a participação dos Conselhos na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamento Anual – LOA, para criação e ampliação de programas e serviços para atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade. Vale ressaltar que a incidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no orçamento municipal é prevista como atribuição, uma vez que cabe ao órgão elaborar a política de atendimento municipal das crianças e adolescentes.

Uma outra relação interessante que os jovens fizeram nas discussões dos grupos focais ou dos dados é importância de atividades de esporte, cultura e lazer para promoção da saúde mental e para fortalecer a convivência familiar e comunitária. O Plano Municipal do COMDICA (2021) prevê a estimulação

da educação, cultura, esporte e lazer “para melhoria do desenvolvimento da qualidade de vida e afirmação da cidadania”. E “uma forte articulação com as áreas do esporte, ciência e cultura” está prevista no Plano de Governo Frente Popular, da gestão municipal atual, para implementação da educação integral nas escolas municipais.

A maioria das melhorias na educação desejadas pelos jovens estão atendidas nas ações do Plano Municipal Decenal de crianças e adolescentes, destaca-se por exemplo, melhoria na infraestrutura física – são citados os mobiliários e parquinhos e brinquedos com acessibilidade; investimento na formação do professor e na qualificação da gestão das unidades escolares; realização de passeis a museu e parques; ampliação da oferta de vagas em creches; criação de espaço para lazer e brincadeira. No Plano Municipal para a Primeira Infância, sugere-se a criação de espaços de cultura, como biblioteca com acervo para a primeira infância e sua família, bem como atividades em praças na semana do bebê.

Quanto ao direito a profissionalização, os jovens desejam cursos técnicos e apoio ao vestibular e deram ênfase na experiência prática, com oportunidade de estar presente no ambiente de trabalho e não apenas aprendendo conceitos e ideias abstratas. Assim algumas estratégias de ação foram pensadas nesse sentido, como no Plano de Governo Frente Popular, da atual gestão municipal, que prevê a ampliação de Programas de jovem aprendiz parceria público privada. O mesmo foi pensado no plano decenal dos direitos da criança e do adolescente (2020-2030), onde estão planejadas a implantação do Qualifica Jovem, melhorias e divulgação do Adolescente Aprendiz e a inclusão digital.

Sobre a proteção no trabalho, estão pensadas ações voltadas para o enfrentamento do trabalho infantil no plano do COMDICA, com incentivo a estudos e pesquisa, avaliação e monitoramento das ações executadas no município, incentivar e promover espaço de reflexão entre empresários

e campanhas educativas. Aqui vale destacar a sugestão dos jovens de fiscalização do cumprimento da lei para enfrentamento do trabalho infantil, pois não há previsão disso em nenhum plano de ação.

E um alerta a ser feito é com relação aos problemas vividos pela criança e adolescentes com deficiência, pois os dados mostram que é preciso promover urgente e intensamente a inclusão delas em todas as ações elaboradas nas políticas públicas. E para atender as demandas específicas, como tecnologia assistiva, adaptação de infraestrutura física, entre outras, há uma política de atendimento à pessoa com deficiência elaborada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que precisa ser executada.

Por último, cabe aqui uma recomendação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, considerando sua atribuição de articulador dos atores do Sistema de Garantia de Direitos, qual seja: em 2022 o Conselho pode mobilizar os atores para criar grupos de trabalho com a tarefa de integrar e priorizar as ações previstas nos diversos planos. Inclusive, esta integração já está prevista como ação no plano decenal de direitos humanos da criança e do adolescente.

De modo geral, os planos tem boas ideias e talvez para que sejam aplicados e melhor monitorados, pudessem ser agrupados e reorganizados em propostas de ação e depois em programas de trabalho, como o formato sugerido nas etapas 6 em diante do Guia Conhecer para Transformar, organizado por Fabio Ribas<sup>15</sup>.

Desta forma, será possível dialogar com os elaboradores das políticas sociais básicas para elaboração das propostas de ação e programas de trabalho de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, habitação, economia, etc. e influenciar o orçamento municipal, garantindo rubricas específicas para a criança e o adolescente. Outro ganho dessa reorganização é o estabelecimento de uma clara divisão de responsabilidades, permitindo que o Conselho Municipal esclarecer possa voltar-se para a elaboração de política de atendimento de proteção especial para crianças e adolescentes com direitos violados e da política socioeducativa para adolescentes em conflito com a lei. E um terceiro ganho da construção de programas de trabalho – com objetivos, ação, horizonte temporal, tipo de despesas, recursos financeiros necessários, unidade orçamentária entre outros pontos definidos – é tornar viável o monitoramento da execução daquilo que foi planejado.

Com propostas de ação e programas de trabalho estabelecidos para as políticas sociais básicas e para a política de atendimento especial para crianças e adolescentes com direitos violados, o Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, junto com os outros atores do Sistema de Garantia de Direitos, poderão atuar de modo efetivo na elaboração e execução de políticas públicas que atendam ao desejo das crianças e adolescentes, para que elas cada vez mais tenham vez e voz, em Gravatá/PE.

<sup>15</sup> Ribas et al (2011) - Conhecer para Transformar: guia para diagnóstico e planejamento da política municipal de proteção integral das crianças e adolescentes. São Paulo: Fundação Telefônica, 2011 Disponível no site: [https://www.prattein.com.br/home/index.php?option=com\\_content&view=article&id=62:conhecer-para-transformar-guia-para-diagnostico-e-planejamento-na-area-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente&catid=87&Itemid=176](https://www.prattein.com.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=62:conhecer-para-transformar-guia-para-diagnostico-e-planejamento-na-area-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente&catid=87&Itemid=176)

